INFORMS

INFORMATIVO MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO COM AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS DOS SETORES PORTUÁRIO E DE NAVEGAÇÃO

Edição 108/2021
Data: 15/07/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP) 4
SETOR DE CONTÊINERES QUER CABOTAGEM COMPETITIVA NO PORTO DE SANTOS 4
EMPREENDEDORISMO NO SETOR PORTUÁRIO DE SANTOS É ASSUNTO DE DEBATE VIRTUAL 5
FERROVIA PRETENDE DINAMIZAR OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTOS 5
ACESSOS NO PORTO DE SANTOS PREOCUPAM AGRONEGÓCIO 6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS 7
ANTAQ AUTORIZA NAVEGAÇÃO SANTANA A OPERAR COMO EBN NA REGIÃO HIDROGRÁFICA AMAZÔNICA 7
PORTAL PORTO GENTE 7
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS PRIVADOS CRESCE QUASE 9,3% ENTRE JANEIRO E MAIO 7
LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO 2021 8
OGMO-SANTOS 9
OGMO/SANTOS: BANCA EXAMINADORA DE OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA DE PEQUENO PORTE (OEPP) – (ESTIVA E SINDOGEESP) 9
OGMO/SANTOS: BANCA EXAMINADORA DE OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA DE GRANDE PORTE (OEGP) – (SINDOGEESP) 10
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP 11
CONSCIENTIZAÇÃO E PROTOCOLOS REFORÇAM SEGURANÇA NOS PORTOS DO PARANÁ 11
PORTO DO ITAQUI INAUGURA BASE DE PRONTO-ATENDIMENTO AMBIENTAL 12
MSC CRUZEIROS E FINCANTIERI UNEM-SE PARA EDIFICAR INOVADOR TERMINAL EM PORTMIAMI (EUA) 13
NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO É APRESENTADO AOS MEMBROS DA ACS E TEM RESULTADO POSITIVO 13
FRENLOGI E IBL REALIZAM LANÇAMENTO DA CÂMARA TEMÁTICA DO BIM; FOCO SERÁ NA MELHORIA DA GESTÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA 14
REUNIÃO COM DIRETORES DO OGMO DEBATE MELHORIAS REALIZADAS NO PORTO DO RIO GRANDE 16
JORNAL OPÇÃO - GO 16
MINFRA E GOIÁS LANÇAM 1º CENTRO TECNOLÓGICO FERROVIÁRIO DO BRASIL 16
ISTOÉ - DINHEIRO 17
EUA REJEITAM REIVINDICAÇÕES MARÍTIMAS DA CHINA E PEDEM AÇÃO DA SOBRE MIANMAR 17
CÂMARA APROVA LDO DE 2022 E TEXTO É ENCAMINHADO AO SENADO 18
RAÍZEN PLANEJA LEVANTAR R$6,9 BI EM IPO 18
PREÇOS DO PETRÓLEO AMPLIAM PERDAS COM EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DA OFERTA 19
MONEYTIMES 19
UNIÃO EUROPEIA PROPÕE PROIBIÇÃO DE VENDAS DE CARROS A COMBUSTÃO A PARTIR DE 2035 19
ANTT PUBLICA TABELA COM NOVOS VALORES DO FRETE, COM REAJUSTE MÉDIO DE 5,80% 20
OPOSIÇÃO VAI AOS STF CONTRA LEI QUE VIABILIZA A DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS 21
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS 22
UNIÃO EUROPEIA DEFINE PLANO PARA TAXAR EMISSÕES DE OUTROS PAÍSES 22
DEMANDA POR DIESEL NESTE TRIMESTRE DEVE SUPERAR NÍVEIS PRÉ-PANDEMIA 24
COMISSÃO REJEITA COTA PARA ÔNIBUS MOVIDOS A ENERGIA RENOVÁVEL NOS MUNICÍPIOS 26
JORNAL O GLOBO – RJ 27
GOVERNO INCLUI EM MEDIDA PROVISÓRIA BOLSA DE R$ 550 PARA QUALIFICAÇÃO DE JOVENS. TEXTO DEVE SER VOTADO HOJE 27
REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA DEVE SER VOTADA EM AGOSTO, DIZ LIRA 31
PIB DA CHINA DESACELERA E CRESCE 7,9% NO SEGUNDO TRIMESTRE, APÓS SALTO RECORDE NO INÍCIO DO ANO 32
COM BOLSONARO INTERNADO E MOURÃO EM VIAGEM, STF PODE RESOLVER IMPASSE SOBRE LIRA ASSUMIR PRESIDÊNCIA 33
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP 34
MERCADOS FECHAM MISTOS APÓS FALA DE PRESIDENTE DO FED E AUMENTO DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO 34
COM BAIXA DISPUTA, GOVERNO DE SP ARRECADA R$ 22 MILHÕES EM LEILÃO DE AEROPORTOS REGIONAIS 36
PARQUES NATURAIS TÊM POTENCIAL ECONÔMICO CINCO VEZES MAIOR QUE O ATUAL, DIZ ESTUDO 37
BOLSONARO SANCIONA LEI QUE ELEVA TRIBUTAÇÃO DE BANCOS PARA BANCAR SUBSÍDIO A DIESEL E GÁS DE COZINHA 37
CONFIANÇA DO COMÉRCIO SOBE 11,7% EM JULHO E VOLTA À ZONA DE OTIMISMO, DIZ CNC 38
BOLSONARO SANCIONA LEI QUE AUTORIZA BC A ACOLHER DEPÓSITOS VOLUNTÁRIOS DOS BANCOS 39

VALOR ECONÔMICO (SP) 40
GOVERNO DE SP FAZ LEILÃO DE 22 AEROPORTOS HOJE 40
CONSELHO DA CSN MINERAÇÃO APROVA EMISSÃO DE R$ 1 BILHÃO EM DEBÊNTURES 41
MINÉRIO DE FERRO TEM ALTA DE 1,6% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO 41
DISTRIBUIDORAS DE GÁS APORTAM R$ 1,2 BI EM PE 42
ESTUDO CALCULA 'IMPACTO' DE FISCAIS AGRÍCOLAS 42
IMPORTAR AÇO NO BRASIL: UMA ODISSEIA 44
GRUPO EDSON QUEIROZ E COPA ENERGIA VÃO INVESTIR R$ 1,2 BI EM TERMINAL DE TANCAGEM DE GÁS DE COZINHA EM PE 46
AGÊNCIA BRASIL - DF 46
MINISTÉRIO LANÇA PLANO PARA FORTALECER RESIDÊNCIAS EM SAÚDE 46
PORTAL PORTOS E NAVIOS 47
E-BOOK ELABORADO PELA PRÉ-SAL PETRÓLEO ABORDA OS VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA 47
PRÉ-SAL PETRÓLEO CONTRATA B3 PARA COMERCIALIZAR, POR LEILÃO, O PETRÓLEO DA UNIÃO 48
PORTO DO ITAQUI INAUGURA BASE DE PRONTO-ATENDIMENTO AMBIENTAL 49
ANTAQ PODERÁ ENTRAR EM EVENTUAL ARBITRAGEM SOBRE ÁREA STS10 49
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA 50
MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS 50

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SETOR DE CONTÊINERES QUER CABOTAGEM COMPETITIVA NO PORTO DE SANTOS

Medida fortalecerá o cais santista como complexo marítimo concentrador de cargas
Por: Fernanda Balbino

Navio de contêineres em Santos: porto prepara sua desestatização Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O Porto de Santos precisa se consolidar como um concentrador de cargas na América do Sul. E, para isto, deve contar com uma cabotagem (o transporte marítimo de mercadorias ao longo de uma costa) competitiva, afirmam executivos de terminais de contêineres do complexo marítimo. “Com isso, é possível colocar navios maiores nas rotas mais longas e navios menores em rotas para fazer a navegação de cabotagem. Inclusive, uma enorme conquista anunciada em fevereiro deste ano foi a homologação da Marinha do Brasil para o Porto de Santos receber navios de 366 metros, algo que era esperado já há muito tempo”, destacou Fábio Siccherino, presidente da DP World Santos, terminal que fica na Margem Esquerda, na Área Continental de Santos.

Segundo Siccherino, o Porto deve oferecer, “além de acessos terrestres e aquaviários eficientes e competitivos, uma boa conectividade com outros portos através de um serviço feeder (transporte marítimo de cargas entre um hub e complexos secundários), que permita a distribuição dos volumes operados para outros portos ao longo da costa brasileira”.

De acordo com o presidente da Brasil Terminal Portuário (BTP), Ricardo Arten, é fundamental garantir a navegação segura no canal do cais santista. “Quando falamos em canal de navegação, importante não se criar obstáculos à navegabilidade dos grandes navios. Por esse motivo, e também por promover maior mobilidade urbana na região, somos apoiadores e entusiastas do movimento Vou de Túnel, que apresenta a melhor alternativa de ligação seca entre Santos e Guarujá (um túnel sob o canal de navegação ligando as duas cidades). Mas a limitação do calado é o principal gargalo para o setor”.

Com relação aos acessos, o presidente da Santos Brasil, Antonio Carlos Sepúlve-da, defende a concessão à iniciativa privada dessas infraestruturas. Ele vê riscos no processo de desestatização da gestão portuária, como prevê a União.

“Acho que deveriam ser licitados os acessos, com um plano de investimentos e tarifas para remunerar esse plano de investimentos. Não acredito que uma empresa privada administrando tudo, inclusive a estratégia de desenvolvimento do Porto, atenderá os interesses de longo prazo do comercio exterior. O Porto de Santos serve o comércio exterior de vários estados brasileiros e é peça indispensável para a logística desses estados. O privado foca no resultado do trimestre e não vai direcionar investimentos que privilegiem escoamento das cargas. Os investimentos serão direcionados ao que dará mais retorno financeiro ao Porto. Isso seria um equívoco”.

Agilidade
Segundo Arten, agilizar a disponibilidade da carga para os clientes é um desafio a ser superado – e que representa ganhos significativos de eficiência.

“Os terminais portuários são a porta de entrada e saída de mercadorias nos países, responsáveis por possibilitar o comércio entre as nações. Sua rentabilidade está também pautada no embarque e desembarque de mercadorias no cais. Com uma cadeia logística cada vez mais eficiente, e isso inclui melhor nível de infraestrutura de acessos (aquaviário, rodoviário e ferroviário) e modernização dos processos fiscais-aduaneiros, o fluxo de importação e exportação nos países terá mais celeridade”, diz Ricardo Arten.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 15/07/2021

EMPREENDEDORISMO NO SETOR PORTUÁRIO DE SANTOS É ASSUNTO DE DEBATE VIRTUAL

Rosas e Salles analisam como empreender no Porto de Santos, no programa Porto 360°
Por: Redação

Programa vai ao ar nesta quarta-feira (14), às 19h45 nas redes sociais do Grupo Tribuna Foto: Divulgação

Como empreender e se qualificar no setor portuário. Este é o tema do programa Porto 360° que vai ao ar nesta quarta-feira (14), às 19h45, nas redes sociais do Grupo Tribuna (na página do Facebook e no canal do YouTube).

Participam do programa o coordenador da Strong Business School BS/FGV, Rogério Salles, e o gerente do Sebrae Baixada Santista, Marco Aurélio Rosas. A apresentação é de Maxwell Rodrigues.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 15/07/2021

FERROVIA PRETENDE DINAMIZAR OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTOS

Projeto prevê reduzir o custo logístico do corredor para os graneis vegetais
Por: Fernanda Balbino

Projeto prevê reduzir o custo logístico do corredor para os graneis vegetais Foto: Alexsander Ferraz/AT

Uma das principais estratégias do Porto de Santos para melhorar sua operação ferroviária é a implantação da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS). O projeto, elaborado pela Autoridade Portuária, prevê “viabilizar simultaneamente operações de descarga ferroviária de granéis vegetais e carregamento sequencial dos vagões vazios com fertilizantes – viabilizando o frete de retorno para as regiões produtoras –, de modo a reduzir o custo logístico do corredor para os graneis vegetais”, explica a empresa.

A adoção da FIPS envolve a realização de investimentos de R$ 2 bilhões, destinados à expansão da malha férrea do complexo portuário – com a instalação de novos ramais, uma pera ferroviária na Margem Direita, em Santos, e um novo retropátio ferroviário na Margem Esquerda (Guarujá), além da eliminação dos cruzamentos em nível.

Tais medidas seguem o previsto no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto, que projeta o aumento da participação do modal ferroviário, de modo a atingir 40% em 2040, e 70% para os graneis vegetais de exportação.

Obras ferroviárias já estão em andamento nos últimos dois anos no Porto, como o novo pátio do Macuco e terceira linha, destaca a Autoridade Portuária.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 14/07/2021

ACESSOS NO PORTO DE SANTOS PREOCUPAM AGRONEGÓCIO

Executivos do setor defendem melhorias na infraestrutura, especialmente na malha ferroviária e na via de navegação
Por: Fernanda Balbino

Canal de navegação do Porto: cais santista deve se preparar para navios maiores, afirmam executivos Foto: Carlos Nogueira/AT

Reduzir custos operacionais, garantir o acesso ferroviário de cargas e a infraestrutura para o tráfego de navios maiores no Porto de Santos estão na lista de demandas do agronegócio para garantir um escoamento eficiente da produção nacional. “Qual é o tamanho médio das embarcações do Porto de Santos? Da ordem de 9,5 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), mas os navios estão crescendo, os custos estão crescendo e os valores de frete estão sendo negociados. Temos um reajuste de taxas e serviços portuários”, afirmou o diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos.

O executivo destaca que Santos é o grande alicerce da exportação brasileira. No caso do café, responde pelo escoamento de 77% da produção nacional. E nos últimos 21 anos, as exportações cresceram 240%.

Porém, para Matos, são grandes os desafios nos próximos anos. “Temos que, de forma construtiva, repensar o futuro, gestões mais modernas, concessões, modelo de governança cada vez mais modernos e olhar para essa tendência de navios maiores”.

Logística
Para o gerente executivo de Logística Internacional da JBS, Clóvis Wessling, a vocação natural do cais santista, por sua localização, faz com que esta seja a melhor opção para o escoamento da produção. Porém, há fatores “que geram gargalos operacionais e por diversas vezes acabam impedindo que as cargas venham para Santos”.

“A produção de bovinos está centralizada nas regiões Centro-Oeste, Norte e algo no Sudeste. Por vocação, essa carga vem pra Santos. Estamos muito centralizados e isso é um fator de preocupação para nós”, destacou o executivo da JBS.

Limitações de horários para operações em terminais de contêineres vazios, demora na entrega das caixas metálicas e gargalos ferroviários estão entre os problemas citados por Wessling.

Acessos
Os acessos rodoviários e ferroviários ao Porto são preocupações constantes das empresas que atuam no agronegócio.

Os planos do Governo Federal incluem investimentos de mais de R$ 10 bilhões nos acessos ferroviários ao Porto e na malha do complexo marítimo. Porém, a possibilidade de atraso nesses investimentos, por conta de uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) preocupa usuários.

A corte autorizou a prorrogação do contrato de arrendamento do terminal do Grupo Marimex na região de Outeirinhos, forçou um “redesenho” de parte dessa questão. Isto porque a pera ferroviária, que deve ser construída com o objetivo de melhorar o tráfego de trens e vagões na área do cais santista, pode começar a sair do papel só em 2028, quando acaba o contrato da Portofer, a concessionária ferroviária do Porto. Perimetral

Sobre os acessos rodoviários, problemas na Avenida Perimetral são relatados, também, por caminhoneiros autônomos do Porto de Santos, que trafegam diariamente no local. De acordo com o integrante da junta governativa do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista (Sindicam), Alessandro Rodrigues, o trecho mais crítico fica na região do Centro, atrás do prédio da Alfândega. “Ali, a rotina é de congestionamentos. Ali, a pavimentação é muito ruim, são muitos buracos e, agora, as obras causam ainda mais problemas”, afirmou. Outros pontos da via, porém, são mais tranquilos, aponta o sindicalista.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 14/07/2021

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ AUTORIZA NAVEGAÇÃO SANTANA A OPERAR COMO EBN NA REGIÃO HIDROGRÁFICA AMAZÔNICA

A empresa operará entre o Estado do Pará e o Estado do Amapá

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ expediu outorga de autorização para a Empresa de Navegação Santana LTDA., com sede em Santarém, operar como Empresa Brasileira de Navegação – EBN, por prazo indeterminado, na prestação de serviços de transporte de passageiros e misto, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Belém (PA) e Santana (AP). (Acórdão nº228-ANTAQ)

A outorga, de 12 de julho, foi publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União – DOU desta terça-feira (13).
Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviarios
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 14/07/2021

Portogente
Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS PRIVADOS CRESCE QUASE 9,3% ENTRE JANEIRO E MAIO
Assessoria de Comunicação

Setor portuário privado segue com importante contribuição para retomada da economia nacional nos primeiros cinco meses do ano. O perfil de carga que mais evoluiu foi movimentação de Contêineres

A movimentação de cargas nos terminais portuários privados cresceu 9,3% entre janeiro e maio de 2021, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Nos primeiros cinco meses do ano, os TUPs (Terminais de Uso Privado) movimentaram 315,5 milhões de toneladas. A movimentação total cresceu 9,2%.

O presidente da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados), Murillo Barbosa destaca que dois TUPs associados estão entre os terminais que tiveram maior crescimento percentual - o Terminal Marítimo Ponta Ubu, com aumento de 516,9%, e o Terminal TMULT e TCAR que cresceu 136,5%.

Segundo Barbosa, o setor portuário privado segue respondendo positivamente aos desafios impostos pela pandemia de Covid-19 no país. Ele destaca a intensa contribuição dos TUPs para a economia nacional no período. "Apesar do momento desafiador que o país atravessa, os portos privados seguem apresentando números ascendentes na movimentação de cargas. O setor portuário privado tem importante participação na recuperação econômica dos últimos meses", explica.

Os perfis de cargas que apresentaram maior crescimento em movimentação nos portos privados no período foram Contêiner (+19,3%), Carga Geral (+16,9%), Granel Líquido e Gasoso (+14,5%) e Granel Sólido (+4,9%).

Os números podem ser encontrados no DataPort, banco de dados da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados) que reúne informações atualizadas do setor portuário em uma única plataforma.
Fonte: Portal Porto Gente
Data: 15/07/2021

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO 2021

Assessoria de Comunicação

Podem participar estudantes de qualquer curso a partir do 4º período para atuarem no Rio de Janeiro e em Vila Velha

A Log-In Logística Intermodal, empresa 100% brasileira de soluções logísticas, movimentação portuária e navegação de cabotagem e longo curso, acaba de abrir inscrições para o Programa de Estágio 2021. Podem se candidatar estudantes que estejam cursando qualquer curso superior a partir do 4º período.

As vagas são para o Rio de Janeiro e Vila Velha (ES) e os estagiários serão alocados nas áreas de Produto, Operações, Controladoria, Frota, Suprimentos, Gestão, Novos Projetos e Desenvolvimento Organizacional. A carga horária será de seis horas diárias e o estagiário terá uma bolsa-auxílio no valor de R$ 1.200, além de benefícios como programa de apoio psicológico, orientação financeira e assistência jurídica, descontos em academias e atividades esportivas da plataforma Gympass, além de um dia de folga no mês de aniversário.

De acordo com a diretora de Gente, Cultura e Transformação Digital da Log-In Logística Intermodal, Andréa Simões, o programa este ano reforça um dos pilares que estão sendo construídos pela Log-In: a diversidade. "Acreditamos que valorizar diferentes ideias, em qualquer posição, torna o nosso time mais plural e impulsiona carreiras para um mercado de trabalho mais igualitário e transformador", afirma Andréa.

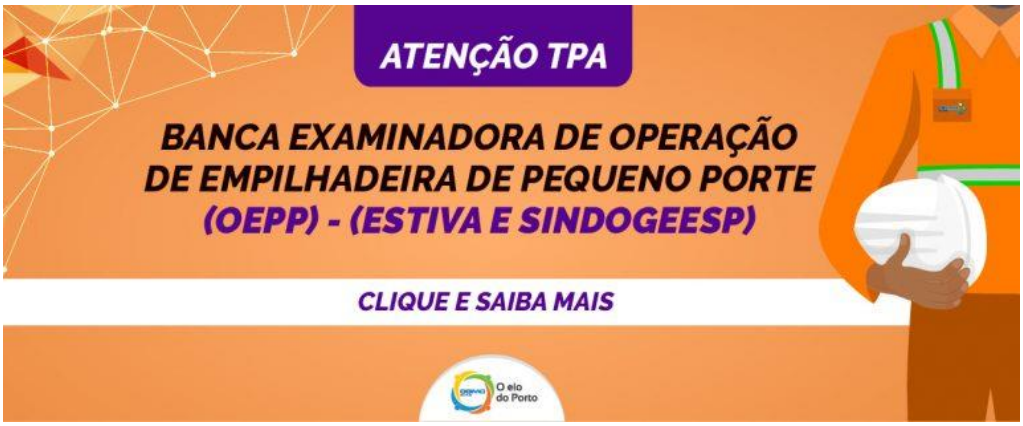
Processo Seletivo

Os participantes podem se inscrever até o dia 18 de julho. O processo seletivo contará com quatro etapas online. O primeiro passo é a inscrição, que pode ser realizada por meio deste link Across.Jobs - Detalhes do Programa. Feito isto, os selecionados participarão de um teste de lógica, seguido por entrevistas e, por fim, um encontro com a diretoria responsável pela respectiva posição.

Para Andréa, o programa possibilita ainda encontrar pessoas que mostrem seu potencial através de suas histórias de vida e que se enquadrem no perfil da Log-In. "Queremos encontrar jovens com curiosidade empreendedora, espírito colaborativo, obstinação para resultados e que busquem, constantemente, qualificação e conhecimento", finaliza Andréa.
Fonte: Portal Porto Gente
Data: 15/07/2021

OGMO-SANTOS

OGMO/SANTOS: BANCA EXAMINADORA DE OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA DE PEQUENO PORTE (OEPP) – (ESTIVA E SINDOGEESP)



O OGMO Santos, em parceria com a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) por meio do Ensino Profissional Marítimo (EPM) em continuidade ao processo de atualização e capacitação da mão de obra dos trabalhadores portuários avulsos inscritos perante a entidade, bem como em atendimento à legislação vigente, com base no Programa de Atualização Técnica Profissional, implantado em 2013, convoca os trabalhadores portuários avulsos inscritos para a BANCA.

Os Trabalhadores deverão se inscrever pelo site do OGMO Santos, no menu: “TPA”, “Pré-Inscrição de Cursos”, no período de 14/07 a 05/08/2021. O acesso à rede interna deve ser feito pelo candidato utilizando a sua senha pessoal da internet através do site: www.ogmo-santos.com.br.

Instituição Responsável pelo Curso: FUNDAÇÃO CENEP – SANTOS

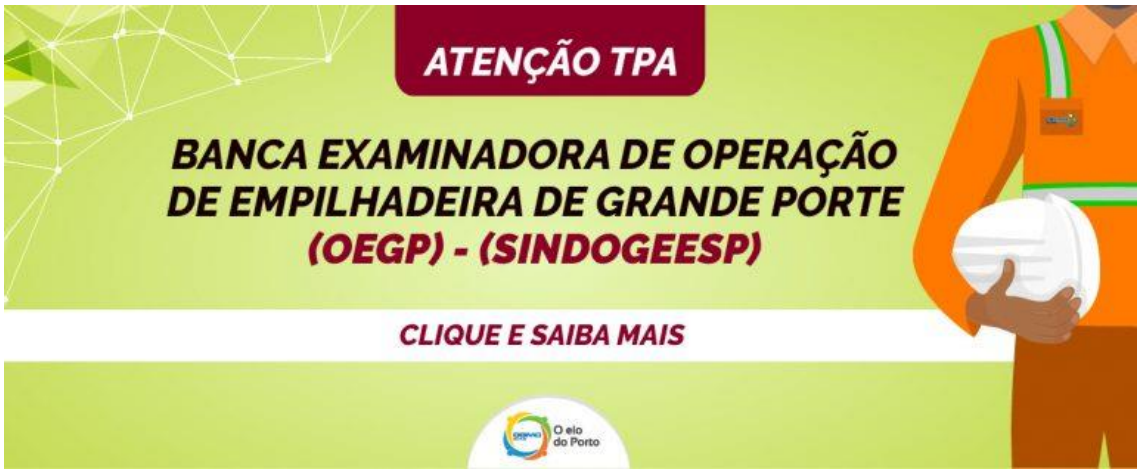
Data da banca: 13/08/2021 à 31/08/2021

PARA REALIZAR A INSCRIÇÃO É NECESSÁRIO E OBRIGATÓRIO:
Estar ativo ou vinculado;
Ter ASO atualizado e apto para função.

OUTRAS INFORMAÇÕES:
Havendo mais inscritos do que vagas disponíveis, o critério de seleção será da CIP mais antiga para mais recente;

A relação dos trabalhadores classificados será divulgada no dia 06 de agosto no site www.ogmo-santos.com.br com as orientações para o início do treinamento.
Fonte: OGMO-Santos - SP
Data: 15/07/2021

OGMO/SANTOS: BANCA EXAMINADORA DE OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA DE GRANDE PORTE (OEGP) – (SINDOGEESP)



O OGMO Santos, em parceria com a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) por meio do Ensino Profissional Marítimo (EPM) em continuidade ao processo de atualização e capacitação da mão de obra dos trabalhadores portuários avulsos inscritos perante a entidade, bem como em atendimento à legislação vigente, com base no Programa de Atualização Técnica Profissional, implantado em 2013, convoca os trabalhadores portuários avulsos inscritos para a BANCA EXAMINADORA DE OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA DE GRANDE PORTE (OEGP).

Os Trabalhadores deverão se inscrever pelo site do OGMO Santos, no menu: “TPA”, “Pré-Inscrição de Cursos”, no período de 14/07 a 09/09/2021. O acesso à rede interna deve ser feito pelo candidato utilizando a sua senha pessoal da internet através do site: www.ogmo-santos.com.br.

Instituição Responsável pelo Curso: FUNDAÇÃO CENEP – SANTOS

Data da banca: 16/09/2021 à 17/09/2021

PARA REALIZAR A INSCRIÇÃO É NECESSÁRIO E OBRIGATÓRIO:

Estar ativo ou vinculado;
Ter ASO atualizado e apto para função.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Havendo mais inscritos do que vagas disponíveis, o critério de seleção será da CIP mais antiga para mais recente;

A relação dos trabalhadores classificados será divulgada no dia 10 de setembro no site www.ogmo-santos.com.br com as orientações para o início do treinamento.
Fonte: OGMO-Santos - SP
Data: 15/07/2021

O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

CONSCIENTIZAÇÃO E PROTOCOLOS REFORÇAM SEGURANÇA NOS PORTOS DO PARANÁ

Informação: Agência de Notícias do Paraná (15 de julho de 2021)

Os Portos do Paraná estão mais seguros. A constatação é da Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho (GSST) da Diretoria de Meio Ambiente da empresa pública que se reuniu, nesta semana, para avaliar as metas e definir os próximos passos para expandir ainda mais os trabalhos de conscientização, educação e otimização das rotinas e protocolos de segurança. – Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

Os portos do Paraná estão mais seguros, de acordo com a Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho (GSST), da Diretoria de Meio Ambiente da empresa pública responsável pela administração dos terminais de Paranaguá e Antonina. A gerência se reuniu nesta semana para avaliar as metas e definir os próximos passos para expandir os trabalhos de conscientização, educação e otimização das rotinas e protocolos de segurança.

Um dos pontos mais importantes, segundo o gerente José Sbravatti, foi o aumento considerável na resolução de problemas detectados pela equipe. “Isso ocorreu em virtude da maior proximidade dos profissionais junto aos trabalhadores portuários e empresas que executam atividades dentro das áreas públicas”, afirma.

Segundo Sbravatti, as rotinas da equipe de Saúde e Segurança do Trabalho são focadas na mudança de cultura, visando a educação e expansão do comportamento seguro por parte dos usuários dos portos de Paranaguá e Antonina.

As principais ferramentas do sistema de gestão, segundo o assessor especialista em Saúde e Segurança do Trabalho Felipe Zacharias, são a abordagem em relação ao comportamento através do Programa de Observação Comportamental (POC) e os Diálogos de Segurança.

“Neste último, tivemos uma grande evolução, triplicando o número de participantes nos eventos de conscientização nos seis primeiros meses de 2021, quando comparado com o número total do ano passado”, destaca Zacharias.

META – A cada início de mês, a equipe se reúne com o objetivo de acompanhar as metas individuais e coletivas da Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho; compartilhar as ações de melhoria implementadas e os respectivos status; discutir os resultados e alinhar novas estratégias de atuação.

Entre as ações em andamento, com o objetivo de tornar os portos paranaenses ainda mais seguros, a equipe destaca a elaboração de procedimentos operacionais nas áreas de responsabilidade da Portos do Paraná. Atualmente, além do regulamento do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e dos procedimentos publicados, existem outros 17 documentos prioritários para serem elaborados.

“A criação desses procedimentos trará ainda mais clareza e objetividade quanto aos critérios de saúde e segurança, facilitando o entendimento e aplicabilidade pela comunidade portuária”, afirma José Sbravatti.

GESTÃO – Com o início do novo contrato de Saúde e Segurança do Trabalho, no último mês de maio, de acordo com Felipe Zacharias, tornou-se possível ter trabalho de apoio à fiscalização 24 horas por dia, em todas as áreas sob gestão da Portos do Paraná. “Montamos o nosso planejamento estratégico do ano revisando metas já existentes e visando melhores resultados na atuação do corpo técnico do contrato e das equipes próprias da Portos do Paraná”, diz o especialista.

INTEGRAÇÃO – As equipes de Saúde e Segurança da Portos do Paraná trabalham integradas com as equipes externas, o que aumenta ainda mais a capilaridade das ações.

“A integração com os diversos atores envolvidos nas operações portuárias, como Operadores Portuários, Agentes Marítimos, OGMO, prestadores de serviço, entre outros, é de fundamental para que a Autoridade Portuária cumpra com seu papel de forma eficaz e coerente às necessidades e particularidades existentes em nossas operações”, comenta Felipe Zacharias.

Quando se atua de forma conjunta, principalmente na construção dos normativos, como acrescenta Sbravatti, é possível minimizar a probabilidade de ocorrência de desvios e problemas de segurança nas operações. “Além, é claro, de criar oportunidades para que as partes interessadas possam opinar e contribuir na construção das soluções”, diz o gerente.
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/07/2021

PORTO DO ITAQUI INAUGURA BASE DE PRONTO-ATENDIMENTO AMBIENTAL

Informação: Portos e Mercados (15 de julho de 2021)

Com investimento de R$ 2,5 milhões, a base está equipada com duas embarcações, mantas absorventes, cordões de contenção, tanques flutuantes, skimmers (bombas de sucção de óleo) e outros recursos para redução de danos em caso de acidentes no mar – Foto: Porto do Itaqui

A EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária inaugurou, nesta terça, 13, a sua Base de Pronto-atendimento ambiental, que funcionará na área operacional do Porto do Itaqui com pessoal treinado em plantão permanente e equipada para o combate e a prevenção de situações mapeadas no PEI – Plano de Emergência Individual (saiba mais abaixo) da Autoridade Portuária.

A solenidade de entrega da unidade contou com a presença do presidente do Itaqui, Ted Lago, dos diretores Jailson Luz (Operações) e Artur Costa (Administração e Finanças), das gerentes Gabriela Heckler (Jurídica), Luane Lemos (Meio Ambiente) e equipe, além do coordenador de Emergências, Felipe do Carmo, da Brasbunker, empresa contratada para as operações na base.

“A instalação dessa base reforça o nosso modelo de excelência em gestão portuária, avançando na melhoria da resposta a emergências. A intenção é nunca precisar usar a base, trabalhamos para isso, mas precisamos estar preparados”, afirmou Ted Lago. O Porto do Itaqui é certificado pela ISO 14001:2015, que atesta a excelência da gestão ambiental de uma empresa.

A unidade está preparada para responder a emergências ambientais dentro da Poligonal do Porto do Itaqui e nos terminais de ferryboat da Ponta da Espera e do Cujupe. Um trabalho que será feito em duas frentes: no atendimento às emergências da EMAP e também no apoio à comunidade portuária (para isso conta com alguns equipamentos de uso compartilhado).
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/07/2021

MSC CRUZEIROS E FINCANTIERI UNEM-SE PARA EDIFICAR INOVADOR TERMINAL EM PORTMIAMI (EUA)

Informação: Revista Cargo (15 de julho de 2021)

Foto: Revista Cargo

A MSC Cruzeiros e a Fincantieri anunciaram a assinatura de um contrato para a construção pela Infraestrutura Fincantieri Florida, de um novíssimo terminal de cruzeiros em PortMiami, o centro da indústria de cruzeiros na América do Norte e Caraíbas.

O novo terminal reflete um investimento de aproximadamente 350 milhões de euros e será composto por vários níveis num corpo central para receber até três navios de última geração em simultâneo, com capacidade para até 36,000 passageiros em trânsito diariamente. Projetado pela companhia de arquitetura globalmente premiada, Arquitetonica, está previsto ser finalizado em Dezembro 2023.

O novo terminal terá capacidade para acomodar os maiores e ambientalmente mais eficientes navios de cruzeiros da Companhia. Estes incluem o 'MSC Seashore', o novo navio emblemático da MSC Cruzeiros, que está atualmente quase concluído no estaleiro da Fincantieri em Monfalcone e previsto começar cruzeiros com embarque em Miami quando entrar ao serviço mais tarde este ano, assim como os futuros navios da companhia World Class, movidos a GNL. Alinhados com os planos PortMiami para possibilitar ligação a energia em terra, os navios da companhia estarão preparados para ligar à rede eléctrica local quando atracados, assegurou a companhia, via comunicado.

MSC reforça peso na economia dos EUA e no centro marítimo de Miami

"Nos últimos 35 anos, o MSC Group tem sido um parceiro importante para a economia dos EUA através do nosso papel crescente como um dos principais negócios de transporte de contentores do mundo, bem como como operador de terminal para cargas e passageiros. Nisto, Miami em particular sempre foi um centro importante para ambos e o novo Terminal MSC em PortMiami consolida a nossa presença global neste importante centro marítimo", comentou Pierfrancesco Vago, Executive Chairman da Divisão de Cruzeiros da MSC Cruzeiros.

Graças ao talento italiano que sem dúvida a Fincantieri contribuirá com este projeto, assim como faz com muitos dos nossos navios, este novo terminal de última geração tornara-se num importante marco de estilo em Miami, bem como de conforto para os passageiros que passam pelo que é considerado a capital mundial dos cruzeiros. Além disso, servirá como uma plataforma para apoiar e sustentar a expansão da nossa Divisão de Cruzeiros na região e nas Caraíbas nos próximos anos. Também nos permitirá implementar lá alguns dos nossos navios mais modernos e de alto desempenho ambiental, representando, juntamente com os nossos outros investimentos nos EUA, o nosso compromisso para com o mercado local, com os nossos parceiros comerciais e hóspedes», acrescentou o Executive Chairman da Divisão de Cruzeiros da MSC

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/07/2021

NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO É APRESENTADO AOS MEMBROS DA ACS E TEM RESULTADO POSITIVO

Informação: ACS (15 de julho de 2021)

Com o objetivo de reestruturar e preparar a Associação Comercial de Santos (ACS) para fazer face as demandas e oportunidades do ambiente desafiador e dinâmico que vivemos, foi apresentado o novo planejamento estratégico da entidade durante reunião virtual na tarde desta quarta-feira (14),

que contou com a participação maciça dos membros da diretoria-executiva, do conselho fiscal, do conselho de câmaras e dos coordenadores das câmaras setoriais.

De acordo com o presidente Mauro Sammarco, a reunião foi importante para mostrar o desafio dessa gestão em se moldar ao mundo atual, fazer os ajustes necessários com a implantação de uma gestão empresarial e dar um retorno maior ao associado.

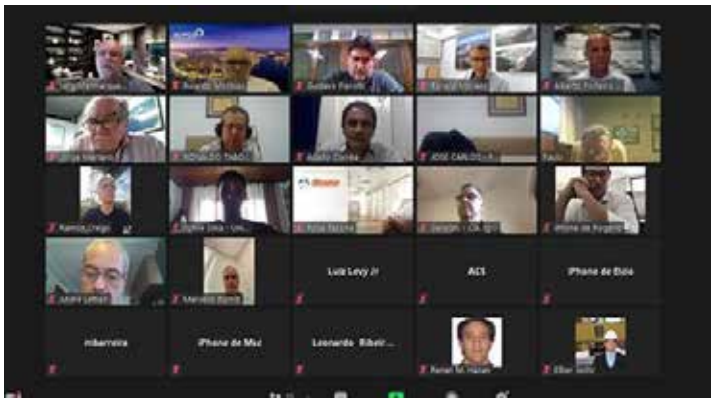


Imagem: ACS

"Não é um trabalho meu. Sou apenas porta-voz dessas mudanças em função do cargo. Mas nós, da diretoria, estamos todos empenhados no propósito de enfrentar esse novo desafio. Estamos aqui de passagem e, quando terminar a gestão, queremos entregar a instituição ainda mais forte e preparada para enfrentar os próximos 150 anos".

Já o diretor-executivo, Adalto Corrêa Jr, enfatizou que foi importante esse primeiro diálogo com os representantes de todos os segmentos da ACS para que a entidade se torne ainda mais pujante. "Qual organização que você conhece que tem 150 anos? Isso, por si só, já é uma grande conquista. Mas, precisamos nos preparar e nos adequar para que ela se perpetue ainda mais".

Sobre a proposta apresentada aos membros, Sammarco sentiu que as mudanças e os desafios propostos foram muito bem recebidos e elogiados pelos membros. "Nós queremos que os coordenadores das Câmaras e do Conselho Fiscal participem de forma efetiva dessa discussão. A Associação Comercial transcende o município de Santos. Por isso é importante fortalecer ainda mais a marca, reformular os serviços atuais e trazer as novidades do mercado para dentro da entidade".
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/07/2021

FRENLOGI E IBL REALIZAM LANÇAMENTO DA CÂMARA TEMÁTICA DO BIM; FOCO SERÁ NA MELHORIA DA GESTÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Informação: IBL (15 de julho de 2021)

Evento ocorreu na sede da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Parlamentares, engenheiros e autoridades vão trabalhar para aprimorar gerenciamento de construções no Brasil – Foto: Paulo Vitor Nascimento

A Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura lançou na manhã desta quarta-feira (14) a Câmara Temática do BIM. O objetivo da câmara será difundir e incentivar essa metodologia inovadora nas empresas de engenharia privadas, grandes empreiteiras e nos projetos de infraestrutura, logística e energia liderados pelo Governo Federal. O evento contou com a curadoria técnica do Instituto Brasil Logística e da Valec Engenharia, por meio do Diretor de Empreendimentos, Washington Luke. O Deputado Júlio Lopes será o vice-presidente da Câmara Temática, e o evento foi transmitido na íntegra pelo canal da Frenlogi no YouTube.

O BIM ("Building Information Modeling", ou "Modelagem da Informação da Construção"), é uma plataforma que integra diversas informações técnicas das infraestruturas rodo-ferroviárias em um

único ambiente de projeto. Alinhamentos geométricos, volumes de aterro, drenagem, pontes, túneis, viadutos, possíveis interferências entre as estruturas e percentagem de conclusão das obras estão disponíveis ao mesmo tempo. Engenheiros, gestores e equipes técnicas têm total acesso aos dados dos empreendimentos e dos processos de forma integrada.

Esse novo modelo de gestão de edificações é considerando essencial para levar a indústria da infraestrutura brasileira à vanguarda mundial. O BIM é utilizado há anos nas maiores economias do mundo, como Estados Unidos, Rússia e China. Apesar disso, apenas 9,2% dos projetos de engenharia no Brasil utilizam essa metodologia. Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas, o BIM pode reduzir em até 9,7% os custos totais das obras e diminuir 20% nos custos dos insumos adquiridos.

O Senador Wellington Fagundes, presidente da Frenlogi, agradeceu a participação de todos os interessados no lançamento da Câmara Temática e destacou os avanços na gestão que a metodologia vai trazer.

“A Câmara Temática do BIM integra a Frenlogi com total apoio a todo o tema e a este novo modelo de gestão. O BIM traz em sua essência a possibilidade de fazer mais com menos, olhar de forma ampla os projetos, com aumento de produtividade e evitando desperdício de dinheiro público. Desejamos que nos próximos anos, com o avanço do uso do BIM, seja possível minimizar os impasses encontrados hoje em nosso setor. Desejamos abrir portas para que empresas de software, nacionais e internacionais, atuem oferecendo tecnologia que diminua riscos em todas as etapas de implantação de empreendimentos e representem um avanço na competitividade do país”, afirmou Fagundes.

O Deputado Júlio Lopes, que tomou posse como Vice-presidente da Câmara Temática, agradeceu a indicação feita pela Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura e citou os objetivos que o Brasil vai perseguir com o uso da metodologia BIM.

“Este evento promovido pela Frenlogi e IBL marca um importante momento para o setor de infraestrutura do Brasil. Precisamos construir nossas obras com racionalidade, eficiência, menos tempo e menos custo. Padrões e normas são fundamentais para o funcionamento de uma sociedade. Portanto, a metodologia BIM vem para guiar a melhor forma de planejar e executar projetos de infraestrutura também no setor público. É uma honra assumir a vice-presidência desta Câmara Temática”, detalhou o parlamentar.

O evento de lançamento também teve a participação de autoridades do Governo Federal. Felipe Queiroz, Secretário Executivo substituto do Ministério da Infraestrutura, parabenizou a iniciativa da Frenlogi na difusão do BIM e ressaltou que as vantagens desse sistema serão duradouros para o país. “Sou egresso no DNIT e sei que é preciso coragem e visão de futuro para implantar normas e trabalhar essa massa crítica de informações. Ampliar o uso do BIM será um desafio, mas que trará inúmeros benefícios em gestão de obras para o país”, cravou o dirigente.

O Secretário Nacional de Transportes Terrestres, Marcello da Costa Vieira, enfatizou que um dos desafios do Brasil é utilizar a tecnologia BIM no ramo da construção pesada nacional, o que dará vantagem competitiva à economia brasileira. “Este é um tema de absoluta relevância para o país. É preciso demonstrar a importância do uso da tecnologia e desta nova ferramenta que dá suporte ao processo que temos no país para realização de obras de infraestrutura com grandes investimentos. Este evento promovido pela Frenlogi e IBL, com a participação do Ministério da Infraestrutura, deixa claro o entendimento de que é preciso avançar no uso do BIM na Infraestrutura”, defendeu o secretário.

Para representar o Instituto Brasil Logística, estiveram presentes na cerimônia vice-presidente do IBL, Tiago Lima, e o Diretor de Relações Institucionais da Frenlogi e IBL, Deputado Edinho Bez. Também participaram o Senador Dario Berger, presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal; Mario William Esper, presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Carlos Alberto Kita, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de

Santa Catarina; Rodrigo Boering, engenheiro civil que é coordenador técnico do Projeto Construa Brasil; e Washington Luke, que encerrou o evento com apresentação de case da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO). O mestre de cerimônias do evento foi o jornalista Dimmi Amora, Sócio-Diretor da Agência iNFRA.
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/07/2021

REUNIÃO COM DIRETORES DO OGMO DEBATE MELHORIAS REALIZADAS NO PORTO DO RIO GRANDE

Informação: Portos e Mercados (15 de julho de 2021)

Foto: Portos e Mercados / Divulgação

O Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) é o responsável pela organização da escala de trabalho dos trabalhadores portuários avulsos (TPA) que atuam no cais do Porto do Rio Grande. Nesse sentido, a Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul (Portos RS) tem trabalhado na melhoria contínua dos procedimentos de proteção e segurança dessa categoria.

Em uma reunião, na tarde de terça-feira (13), o superintendente Fernando Estima recebeu o gerente operacional do OGMO, Carlos Acunha e o diretor executivo, Werner Hermann, para debater as melhorias realizadas. Essa prática vem sendo aplicada com todos os setores que de alguma forma dialogam com a atividade portuária diariamente.

Como resultado, foi ajustada a criação de um calendário de reuniões para agilizar os processos de qualificação propostos. Participaram, ainda, o diretor de qualidade, saúde, meio ambiente e segurança, Henrique Ilha, o diretor de gestão, administrativo e financeiro, Cristiano Klinger, e o gestor do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (Sesmt), João Nóbrega.
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/07/2021

JORNAL OPÇÃO

JORNAL OPÇÃO - GO

MINFRA E GOIÁS LANÇAM 1º CENTRO TECNOLÓGICO FERROVIÁRIO DO BRASIL

Por Gabriella Oliveira

O Centro de Excelência em Tecnologia Ferroviária (CETF), no município de Anápolis será o maior complexo tecnológico e de inovação deste setor de transportes da América Latina

Foto: Cristiano Borges

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, lançam nesta quinta-feira, 15, o Centro de Excelência em Tecnologia Ferroviária (CETF). No espaço serão realizados testes acelerados e de padronização de tecnologia ferroviária, como também o desenvolvimento de pesquisas e treinamentos. Projetos de inovação no sistema de transportes ferroviários também serão concebidos, prototipados e testados.

Localizado no Centro de Convenções de Anápolis, junto à BR-060 e próximo ao Distrito Agroindustrial de Anápolis e à Ferrovia Norte-Sul, o CETF será constituído através de um fundo administrado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que reunirá recursos das concessionárias de ferrovias do Brasil para sua manutenção. Desde 2019, o Minfra já assegurou mais de R$ 31 bilhões de investimentos contratados para as ferrovias brasileiras.

As universidades estadual e federal de Goiás e o Instituto Militar do Exército (IME) vão contribuir para a formação e capacitação técnica e científica dos profissionais do centro. Além disso, as instituições também terão uma área para conduzir pesquisas para o setor.
Fonte: Jornal Opção - GO
Data: 15/07/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

EUA REJEITAM REIVINDICAÇÕES MARÍTIMAS DA CHINA E PEDEM AÇÃO DA SOBRE MIANMAR

Por James Pearson

Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, discursa durante evento em Washington

HANÓI (Reuters) – Os Estados Unidos rejeitam as reivindicações marítimas "ilegais" de Pequim sobre o Mar do Sul da China e estão ao lado de países do sudeste asiático que enfrentam a "coerção" chinesa, disse o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, nesta quarta-feira.

Já a China rejeitou os comentários de Blinken, feitos por ele em um pronunciamento por videoconferência a chanceleres da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), rotulando-os de irresponsáveis e concebidos para provocar discórdia.

Blinken também disse que os EUA têm "preocupações profundas" com a situação em Mianmar e pediu ao grupo que adote ações para acabar com a violência e restaurar a democracia naquele país.

A reunião com o bloco de 10 membros, que inclui Mianmar, é a primeira desde que o presidente dos EUA, Joe Biden, tomou posse, em janeiro, em meio a receios de diplomatas e outros de que Washington não preste atenção suficiente a uma região que é crucial para sua estratégia de contraposição a uma China cada vez mais assertiva.

A Asean lidera o principal esforço diplomático em Mianmar desde que um golpe no dia 1º de fevereiro mergulhou o país no caos.

A junta de Mianmar mostra poucos sinais de atentar para o que a Asean qualificou como um consenso de cinco pontos combinado em abril que busca o fim da violência, negociações políticas e a indicação de um enviado especial regional a Mianmar.

(Reportagem adicional de Rozanna Latiff em Kuala Lumpur, Shubham Kalia em Bengaluru e Yew Lun Tian em Pequim)
Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 15/07/2021

CÂMARA APROVA LDO DE 2022 E TEXTO É ENCAMINHADO AO SENADO

Parte dos deputados votaram a LDO de suas casas (Crédito: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)
Da redação e Agência Câmara

Os deputados aprovaram, em sessão do Congresso Nacional, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – PLN 3/21), que determina as metas e prioridades para os gastos do governo no ano que vem. O placar foi de 278 votos contra 145 a favor e 1 abstenção. Para concluir a votação, ainda é necessário analisar três destaques, antes que a proposta possa seguir para análise dos senadores.

Destaque do Novo quer evitar o aumento das verbas do financiamento eleitoral, que deve subir de R$ 2 bilhões para R$ 5,7 bilhões. O PT apresentou destaque para garantir reajuste para o salário mínimo 1,1% acima da inflação, equivalente ao aumento do PIB em 2019. Outro destaque do PSB e PSOL quer acabar com as emendas de relator-geral ao Orçamento, conhecidas como RP9.

Somente após a aprovação da LDO o Congresso pode entrar formalmente em recesso parlamentar, entre 18 e 31 de julho.

O substitutivo do deputado Juscelino Filho (DEM-MA) incorporou como prioridades:

– O Programa Nacional de Imunização (PNI);

– A agenda para a primeira infância;

– As despesas do Programa Casa Verde e Amarela voltadas a municípios de até 50 mil habitantes;

– A ampliação da infraestrutura da rede de atendimento oncológico.
Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 15/07/2021

RAÍZEN PLANEJA LEVANTAR R$6,9 BI EM IPO

(Por Carolina Mandl)

Colheita de cana-de-açúcar

SÃO PAULO (Reuters) – A brasileira Raízen, joint venture entre Shell e Cosan, planeja levantar cerca de 6,9 bilhões de reais em uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), indicou documento ao mercado nesta quarta-feira.

A companhia afirmou que o intervalo de preço para o IPO foi estabelecido entre 7,40 reais e 9,60 reais por ação, o que dará à empresa um valuation de 73 bilhões a 98 bilhões de reais, conforme antecipado pela Reuters na véspera.

A Raízen disse que pretende utilizar os recursos da oferta para construir novas plantas para expansão de produção, investir em infraestrutura de armazenamento e aumentar a produtividade.

O sindicato para o IPO possui 11 bancos de investimento, incluindo as unidades de BTG Pactual, Citigroup, Bank of America, Credit Suisse, JPMorgan, Bradesco, Santander Brasil, XP Investimentos, HSBC, Safra e Scotiabank.
Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 15/07/2021

PREÇOS DO PETRÓLEO AMPLIAM PERDAS COM EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DA OFERTA

Por Bozorgmehr Sharafedin

Atividade de extração de petróleo em Granum, Canadá

LONDRES (Reuters) – Os preços do petróleo caíam nesta quinta-feira, ampliando as perdas com os investidores se preparando para um aumento da oferta após um compromisso firmado entre os principais produtores da Opep e com o aumento dos estoques nos EUA.

O petróleo Brent recuava 1,08 dólar, ou 1,44%, a 73,68 dólares por barril, às 9:19 (horário de Brasília).

O petróleo dos Estados Unidos caía 1,17 dólar, ou 1,6%, a 71,96 dólares por barril.

Ambos os contratos de referência caíram mais de 2% na quarta-feira depois que a Reuters informou que a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos chegaram a um compromisso que deve abrir caminho para um acordo para fornecer mais petróleo para um mercado apertado e resfriar os preços em alta.

“O mercado não está se arriscando. Os preços estão muito sobrecomprados de qualquer maneira, então os operadores podem querer tirar algum dinheiro da mesa antes que o negócio seja concreto”, disse Avtar Sandu, trader sênior de commodities da Phillips Futures em Cingapura.

As negociações entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados, incluindo a Rússia, um grupo conhecido como Opep+, haviam sido interrompidas neste mês depois que os Emirados Árabes Unidos se opuseram a uma extensão do pacto de fornecimento do grupo para além de abril de 2022.

Nos Estados Unidos, os estoques de petróleo recuaram pela oitava semana seguida na semana passada, enquanto o vigor renovado na economia dos EUA continua a impulsionar a maior demanda por combustível, afirmou a Administração de Informação sobre Energia (AIE) na quarta-feira.

(Reportagem de Bozorgmehr Sharafedin em Londres; Reportagem adicional de Florence Tan em Cingapura)

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 15/07/2021

MONEYTIMES

UNIÃO EUROPEIA PROPÕE PROIBIÇÃO DE VENDAS DE CARROS A COMBUSTÃO A PARTIR DE 2035

Por Reuters

O órgão executivo da UE também propôs um corte de 100% nas emissões de CO2 até 2035, o que tornará impossível a venda de veículos a combustão no bloco de 27 países (Imagem: REUTERS/Fabrizio Bensch)

A União Europeia propôs nesta quarta-feira proibição de vendas de carros com motores a combustão a partir de 2035, como parte de uma ampla ação climática que deve acelerar a adoção de veículos elétricos.

A Comissão Europeia propôs um corte de 55% nas emissões de gás carbônico de automóveis até 2030 ante os níveis de 2021, muito maior que a meta atual de redução de 37,5%.

O órgão executivo da UE também propôs um corte de 100% nas emissões de CO2 até 2035, o que tornará impossível a venda de veículos a combustão no bloco de 27 países.

“Este é o tipo de ambição que temos esperado ver da UE, algo que tem faltado ao bloco nos últimos anos”, disse Helen Clarkson, presidente-executiva do Climate Group, uma organização sem fins lucrativos que trabalha com empresas e governos para combater as mudanças climáticas.

“A ciência diz que precisamos cortar pela metade as emissões de gases estufa até 2030, então para o transporte rodoviário é simples, vamos nos livrar do motor a combustão.”

Para promover as vendas de veículos elétricos, a UE propôs legislação que exija que os países instalem estações públicas de recarga de baterias com um intervalo máximo de 60 quilômetros entre elas até 2025.

As vendas de veículos elétricos devem criar 3,5 milhões de estações de recarga de baterias para carros e vans até 2030 e este número deverá crescer para 16,3 milhões até 2050.

Todas as propostas da Comissão terão que ser negociadas e aprovadas pelos países do bloco e pelo Parlamento Europeu, algo que pode levar cerca de dois anos.

A consultoria AlixPartners estima que entre 2021 e 2025 montadoras de veículos e fabricantes de autopeças vão investir no mundo 330 bilhões de dólares em eletrificação, uma alta de 41% em relação à estimativa de 250 bilhões para o período de 2020 a 2024.
Fonte: MoneyTimes
Data: 15/07/2021

ANTT PUBLICA TABELA COM NOVOS VALORES DO FRETE, COM REAJUSTE MÉDIO DE 5,80%

Segundo a ANTT, o reajuste considera o IPCA, inflação oficial do País, acumulado no período de dezembro de 2020 a maio de 2021, de 4,61%.

(crédito: Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press)

A Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT) publicou nesta quarta-feira, 14, tabela com os novos preços mínimos de frete rodoviário, com reajuste médio de 5,80%. Os efeitos dos reajustes nos fretes, porém, variam conforme o tipo de carga, número de eixos, distância do deslocamento e tipo de operação. A atualização dos valores está na edição do Diário Oficial da União (DOU) de hoje e entra em vigor a partir da próxima terça-feira, 20 de julho.

Pela legislação, a agência reguladora tem de reajustar os valores do frete a cada seis meses - em janeiro e julho de cada ano - ou sempre que a oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional for 10% superior ao preço considerado na planilha para os cálculos, tanto para mais quanto para menos.

Segundo a ANTT, o reajuste considera o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), inflação oficial do País, acumulado no período de dezembro de 2020 a maio de 2021, de 4,61%. Também leva em conta a atualização do valor do óleo diesel S10 para R$ 4,568 por litro - que corresponde aos valores apurados pela Agência Nacional do Petróleo e Gás Natural (ANP) no período de 13 a 18 de junho.

A tabela do frete foi criada pela equipe do ex-presidente Michel Temer durante a greve dos caminhoneiros de maio de 2018. Uma das reivindicações da categoria, a medida foi implementada pelo governo dentro do conjunto de ações para pôr fim à paralisação.
Fonte: MoneyTimes
Data: 15/07/2021

OPOSIÇÃO VAI AOS STF CONTRA LEI QUE VIABILIZA A DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Molon: "Trata-se de uma lei flagrantemente inconstitucional" (Imagem: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

O líder da Oposição na Câmara dos Deputados, Alessandro Molon (PSB-RJ), anunciou na sessão do Congresso Nacional que PT, PSB, PCdoB, PDT, Psol e Rede vão ao Supremo Tribunal Federal pedir que seja declarada inconstitucional a lei que autoriza a desestatização da Eletrobras (ELET3) (Lei 14.182/21).

A lei permite que o governo federal abra mão do controle acionário da empresa a partir da venda de novas ações na Bolsa de Valores.

Hoje, a União é dona de 61% das ações da empresa. Após a diluição do poder da União, o representante do governo no conselho da empresa não poderá ser o controlador, mas vai ter poder de veto com a chamada "golden share".

O texto também altera a política de preços da energia gerada e determina a contratação de térmicas. Esses pontos foram chamados de "jabutis" por Molon. É o termo usado para designar emendas sem relação com a matéria.

"No nosso entendimento, trata-se de uma lei flagrantemente inconstitucional porque além de tudo ainda teve o grave erro de incluir uma série de jabutis que tem um custo estimado em R$ 84 bilhões", disse. Os partidos de oposição também vão argumentar que a Eletrobras é a sexta empresa mais lucrativa do país.

A previsão do governo é de finalização da operação de venda de ações em janeiro de 2022. Até lá, deverão ser realizadas as definições de premissas fundamentais à modelagem da privatização pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Investimento
No dia da aprovação da proposta na Câmara, o relator, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), disse que o texto aprovado vai recuperar a capacidade de investimento da Eletrobras no momento da maior crise hídrica da história. "Infelizmente, ou felizmente, hoje só não tem apagão porque o Brasil na última década não cresceu. Mas, com a previsão de crescimento do PIB de 4%, precisamos recuperar a capacidade empresa geradora de energia", disse.
Fonte: MoneyTimes
Data: 15/07/2021

AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

UNIÃO EUROPEIA DEFINE PLANO PARA TAXAR EMISSÕES DE OUTROS PAÍSES

Por Nayara Machado - 14 de julho de 2021 - Atualizado em 15 de julho de 2021Em Clima, Diálogos da Transição

Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br

A Comissão Europeia anunciou hoje (14) a criação de uma taxa de carbono sobre produtos importados.

O mecanismo de ajuste de fronteira de carbono (CBAM, em inglês) seria uma forma de proteger as indústrias da região de concorrentes estrangeiros que não cumprem os mesmos padrões ambientais.

Um dos objetivos é evitar o vazamento de carbono – isto é, quando a indústria transfere sua produção para países onde o carbono é mais barato e, consequentemente, tem vantagens competitivas em relação àquelas que pagam o preço da descarbonização.

“Enquanto um número significativo de parceiros internacionais da UE tiver abordagens políticas que não resultem no mesmo nível de ambição climática, existe o risco de fuga de carbono”, explica documento divulgado hoje com o detalhamento da proposta (.pdf).

A iniciativa faz parte do pacote Fit for 55 – o bloco quer reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em toda a economia em pelo menos 55% até 2030, abaixo dos níveis de 1990.

E é uma aposta da Comissão para ajudar os países membros a cumprir o objetivo de uma UE neutra em carbono até 2050, em linha com as ambições do Acordo de Paris.

O CBAM deve assegurar que os produtos importados estejam sujeitos a um sistema regulatório que aplique custos de carbono equivalentes aos do sistema de comércio de emissões do bloco.

O mecanismo também vai buscar compatibilidade com as regras da Organização Mundial do Comércio, para evitar questionamentos sobre barreiras protecionistas.

Exportadores de Rússia, China, Turquia e Ucrânia estariam entre os mais vulneráveis a custos adicionais, segundo estudo da consultoria Deloitte publicado no jornal Valor Econômico.

De acordo com a consultoria, apesar de o Brasil não estar entre os dez exportadores mais vulneráveis à taxa europeia, ainda assim tende a ser submetido a fortes pressões para reduzir suas emissões de CO2.

“Embora o objetivo do CBAM seja prevenir o risco de fuga de carbono, este regulamento também encorajaria a utilização de tecnologias mais eficientes em termos de emissões de GEE por produtores de outros países, de modo a que sejam geradas menos emissões por unidade de produção”, justifica a Comissão Europeia.

Revisão no comércio de emissões
Como parte do pacote Fit for 55, também é proposta uma revisão no Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS, sigla em inglês).

Podendo estender o regime comunitário de licenças de emissões aos transportes marítimos, e introduzir o comércio de emissões nos setores de edifícios e transportes rodoviários.

Outra ambição é um limite mais rigoroso de emissões, reduzindo o número de licenças disponíveis no EU ETS.

“Um limite mais rigoroso implica um sinal mais forte do preço do carbono… Em particular, embora a atribuição gratuita de licenças evite de forma eficaz os riscos de fuga de carbono, enfraquece o sinal do preço do carbono para a indústria da UE em comparação com o leilão completo”, diz o comunicado.

Com preços baixos, mercado de carbono cobre 20% das emissões
Um relatório publicado pelo Banco Mundial no final de maio avalia que os instrumentos de cobrança por precificação do carbono cobrem 20% das emissões globais de gases de efeito estufa.

E os esforços “não estão no caminho certo para manter o aquecimento global abaixo dos 2ºC“.

Segundo o State and Trends of Carbon Pricing do banco, a precificação de carbono gerou US$ 53 bilhões em receitas entre 2020 e 2021.

O sistema de comércio de emissões da UE ajudou a impulsionar este mercado.
Em meados de maio, e devido à adoção de políticas ambientais mais rígidas pela Europa, os contratos futuros de carbono bateram recorde no mercado da região, ultrapassando os 56 euros por tonelada, com valorização acumulada de mais de 140% em um ano.

Mas, na visão do Banco Mundial, o potencial total do preço do carbono permanece em grande parte inexplorado.

O relatório conclui que a maioria dos preços de carbono permanece muito abaixo da faixa de US$ 40 a US$ 80 por tonelada carbono equivalente (CO2e) recomendada para 2020, para estimular o atingimento da meta do Acordo de Paris.

Os créditos nessa faixa recomendada de preço cobrem menos de 5% das emissões globais.

“Os sistemas de comércio de emissões também têm sido amplamente resistentes à redução da atividade econômica durante a pandemia da covid-19, e provavelmente ajudados por seus mecanismos de ajuste de preço ou oferta”, diz o relatório.

No período coberto pelo relatório, foram incluídos cinco novos mecanismos de precificação do carbono: China ETS, UK ETS, Alemanha ETS, Netherlands Carbon Tax, Luxembourg Carbon Tax e a subnacional Tamaulipas e Baja California Carbon Taxes.

Curtas
A S&P Global Platts começou a publicar avaliações diárias de preços de crédito de carbono. São segmentados por Projetos Baseados na Natureza e Crédito de Carbono para Dispositivos Domésticos…

…A consultoria avalia que há espaço para um crescimento dinâmico no próximo ano, liderado por setores de energia difíceis de descarbonizar, particularmente na Europa, EUA, Cingapura, China e Austrália e cada vez mais no Brasil e na América Latina…

…E lançou o indicador de soluções baseadas na natureza, claramente, para atender a uma demanda crescente do mercado.

O Credit Suisse lançou os seus primeiros fundos de investimento ESG (sigla em inglês para ambiental, social e de governança) no Brasil. Os produtos ainda estão acessíveis apenas para clientes que possuem acima de R$ 10 milhões em investimentos na instituição financeira. Valor

A bancada feminina da Câmara debateu nesta quarta (14) o Projeto de Lei 5829/19, que trata da micro e da minigeração distribuída de energia elétrica. A reunião contou com a participação da Associação Brasileira do Biogás (Abiogás)…

…"É de grande relevância compreender o potencial brasileiro de outras fontes renováveis, já que o acesso à energia está relacionado à melhoria da qualidade de vida, das oportunidades de trabalho e de igualdade de gênero", afirma a deputada Luísa Canziani (PTB/PR). Agência Câmara

Com recordes sucessivos na geração eólica nos últimos dias, o Nordeste alcançou na última segunda-feira, 12, a marca média de 10.873 MW, o equivalente a 98,8% da demanda da região. Segundo especialistas, os números expressivos são resultado da combinação de dois fatores: época de fortes ventos na região e aumento da estrutura instalada. A Tarde

A BP e a empresa de energia elétrica japonesa Tohoku Electric Power juntaram-se ao Floating Wind Joint Industry Project (JIP). Administrado pelo Carbon Trust, o projeto conta com outros 15 membros para implantação de parques eólicos offshore comerciais em grande escala. Offshore Wind

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 15/07/2021

DEMANDA POR DIESEL NESTE TRIMESTRE DEVE SUPERAR NÍVEIS PRÉ-PANDEMIA

Por epbr - 15 de julho de 2021 - Em Combustíveis, Comece seu Dia, Newsletter, Petróleo e gás, Política energética

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo
A demanda por diesel no 3º trimestre deve superar os níveis pré-pandemia, estima a S&P Global Platts Analytics. A venda do combustível deve alcançar 1,1 milhão de barris por dia, 15 mil barris a mais do que em 2019.

— "O apoio dos setores de agricultura e transporte, as fortes vendas no varejo e o desempenho econômico melhor do que o previsto são fatores que devem influenciar o aumento da demanda por diesel no curto prazo", diz a Platts.

— A covid-19 ainda é uma ameaça sanitária e, portanto, pode afetar a retomada econômica. Outro fator de risco relevante é a crise energética e as tensões políticas, que podem interferir nas projeções.

— Já a demanda por gasolina e etanol ainda não deve retornar aos níveis pré-crise. A estimativa para o trimestre é atingir 885 mil barris por dia, 60 mil a menos na comparação com igual período de 2019. Mas com um crescimento de 15 mil barris por dia em relação a 2020.

Um fenômeno observado no Hemisfério Norte, onde países flexibilizaram restrições no verão, foi o maior uso do carro como opção para viagens de férias. Isso foi observado nos EUA e em países da Europa, contribuindo para sustentar a demanda por combustíveis – e a alta nos preços.

OPEP. Os Emirados Árabes Unidos negaram oficialmente que houve acordo com os países da OPEP+. Mas as negociações estão em curso. Energy Intel, em inglês

— Os Emirados querem uma revisão de suas cotas individuais, demanda que começa a ser feita por outros países do grupo, como o Iraque.

O mercado de óleo entrou em um cenário de incertezas após o fracasso das negociações no início de julho. As especulações sobre o acordo na OPEP+ fizeram o Brent cair 2% ontem – atender à

demanda dos Emirados Árabes representa uma chance de maior oferta de óleo do que o mercado estimava para a segunda metade de 2021. Investing.com

— Hoje o Brent é negociado em baixa de 1,5%, a US$ 73,61. Ontem, na máxima do dia, chegou a atingir US$ 76,72. Se a queda desta quinta (15/7) se mantiver até o fim do dia, a perda de valor acumulada no mês pode chegar a 2%.

— E a covid-19 ainda preocupa bastante. Com o avanço da variante delta e outras cepas preocupantes, países que reabriram no verão europeu começam a ver novos picos de casos registrados da doença. Espera-se que a vacinação contenha o número de mortes, principalmente com a imunização de populações mais vulneráveis à doença.

PPSA estima que a venda da parcela da União na produção de Búzios ocorra em setembro, no próximo leilão que será realizado na B3. A estatal contratou novamente a bolsa de valores de São Paulo para a comercialização do óleo.

— A União terá direito, por meio dos contratos de partilha, à produção de Mero, Entorno de Sapinhoá e Búzios, e na Área Individualizada de Tupi.

— Em Búzios, o maior campo em desenvolvimento no país, a parcela da União é estimada no segundo semestre em 5 mil barris/dia. Desde 2018, a PPSA arrecadou um R$ 1,9 bilhão com a comercialização do petróleo da União.

— A PPSA também lançou um guia sobre os excedentes da cessão onerosa, com dados do próximo leilão de Atapu e Sépia, previsto para o fim do ano, volumes, expectativas de produção e investimentos.

IPO da Raízen pode levantar R$ 7,78 bilhões se o preço das ações atingirem o teto da faixa indicativa definida pela empresa, de R$ 7,40 a R$ 9,60. Início da negociação na B3 está previsto para 5 de agosto.

A Eletrobras estuda lançar um plano de demissão voluntária em 2021, antes da capitalização, prevista para 2022. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou a lei da privatização da Eletrobras esta semana e o Podemos já entrou com uma ação no STF para derrubar o texto.

O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, afirmou em entrevista ao Canal Energia que não há planos, neste momento, para extinguir ou fundir subsidiárias. Folha

Privatização da CEEE-T. Leilão da companhia estadual de transmissão de energia, braço da CEEE-Par, ocorre nesta sexta (16/7), às 11h, na B3. A estatal do Rio Grande do Sul terá 66% do seu capital social ofertado. A empresa tem 56 subestações, opera outras 18 unidades, além de 6 mil quilômetros de linhas de transmissão. Valor mínimo é de R$ 1,7 bilhão.

— A distribuidora CEEE-D foi vendida para a Equatorial Energia, que não pretende participar do leilão da CEEE-T. MegaWhat

— Concluída a alienação do controle das empresas de energia elétrica, o governo de Eduardo Leite (PSDB) vai privatizar a Sulgás, distribuidora de gás que teve seu valor mínimo definido em R$ 928 milhões. Edital sai até o fim do ano, e o leilão deve ficar para 2022. A venda da Corsan (saneamento básico) teve seu projeto enviado à assembleia do estado.

A VTRM Energia (Votorantim Energia/CPP Investments) fechou um empréstimo de R$ 1,62 bilhão com o BNDES para construção dos Complexos Eólicos Ventos do Piauí II e III, de dez parques, com 409 MW de potência. Estadão

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 15/07/2021

COMISSÃO REJEITA COTA PARA ÔNIBUS MOVIDOS A ENERGIA RENOVÁVEL NOS MUNICÍPIOS

PL 11084/18 traz a exigência de pelo menos um ônibus movido a energia renovável por cidade
Por epbr - 15 de julho de 2021 - Em Biocombustíveis, Combustíveis, Congresso, Transição energética

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados rejeitou na terça (13) o Projeto de Lei 11084/18, do deputado Beto Rosado (PP/RN), que obriga os municípios a terem uma quantidade mínima de ônibus movidos a energia renovável na frota, garantida a exigência de pelo menos um veículo por cidade.

O relator, deputado Lucas Gonzalez (Novo/MG), recomendou a rejeição da matéria com o argumento de que ela interfere na dinâmica dos contratos de transporte público coletivo, firmados entre poder público e prestadores de serviço.

“Para o empreendedor prestador do serviço, as consequências seriam negativas. A introdução de novo tipo de equipamento, com tecnologia completamente diferente da que já domina e opera, causaria contratempos. Esse cenário imporia custos com profissionais mecânicos com expertises distintas, peças de reposição diferentes, infraestrutura e processos de manutenção totalmente novos”, analisa o relator.

“O processo envolvendo pontos de abastecimento, itinerários e duração de viagens também teria de ser redesenhado para se adequar à nova tecnologia. Tudo isso para atender a apenas um veículo da frota”, completa.

Segundo Gonzalez, a medida teria impactos nas tarifas. Além disso, ele argumentou que o transporte urbano é assunto estritamente local.

“A obrigação aqui imposta, embora apresentada como diretriz, interfere diretamente na autonomia municipal”, justificou.

Em setembro de 2019, o PL foi aprovado por unanimidade na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A proposta ainda será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Urbano; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Relator ignora biocombustíveis
Segundo o autor do PL 11084/2018, deputado Beto Rosado (PP/RN), a proposta poderia contribuir com o alcance das metas climáticas assumidas pelo Brasil na Contribuição Nacional Determinada (NDC) do Acordo de Paris, ao reduzir as emissões de gases do efeito estufa, com a substituição de parte dos atuais veículos movidos a combustível fóssil.

Apesar de o PL não especificar as fontes de “energia renovável” — que poderiam incluir biogás, etanol, biodiesel e bioeletricidade e, portanto, aproveitar infraestrutura existente em alguns casos –, o relator na CVT justificou a rejeição do projeto citando apenas a inviabilidade da adoção de veículos elétricos.

“Embora os veículos elétricos já sejam uma realidade em muitas cidades, inclusive no Brasil, e que se divulgue amplamente que a substituição da frota atual pela elétrica traria economia relevante para o sistema, é preciso entender que os custos fixos envolvidos ainda são altos para a maioria das realidades do nosso País”, diz o relatório de Lucas Gonzalez.

Segundo o parlamentar, as vantagens econômicas na operação poderiam demorar até 12 anos para tornar a substituição da frota financeiramente vantajosa.

Em epbr: Eletrificação do transporte coletivo já é viável economicamente, afirma executivo da Enel X

Com informações da Agência Câmara
Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 15/07/2021

JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO INCLUI EM MEDIDA PROVISÓRIA BOLSA DE R$ 550 PARA QUALIFICAÇÃO DE JOVENS. TEXTO DEVE SER VOTADO HOJE

Outro programa, também inserido numa MP que não tratava originalmente deste assunto, prevê redução do FGTS para incentivar emprego com carteira
Por Geralda Doca

O deputado Christino Aureo (PP-RJ), relator da medida Foto: Pablo Valadares / Agência Câmara

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados deve votar nesta quinta-feira a medida provisória (MP) que reedita por 120 dias o programa de redução salarial com corte de jornada. O relator da proposta, deputado Christino Áureo (PP-RJ), manteve o teor do texto enviado pelo governo, mas incluiu no parecer a criação de dois programas que não estavam previstos na versão original da MP. Os programas visam a facilitar a qualificação de jovens e a contratação de trabalhadores com vínculo formal.

Áureo antecipou ao GLOBO os detalhes do parecer. O texto propõe a criação do Regime Especial de Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), destinado a jovens que recebem programas sociais, como auxílio emergencial e Bolsa Família, e trabalhadores que estão desempregados há pelo menos dois anos. Eles receberiam uma espécie de bolsa de qualificação, de R$ 550, sendo metade paga pelo governo e a outra metade, pelas empresas.

A outra iniciativa, batizada de Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), é destinada a pessoas entre 18 anos e 29 anos e acima de 55 anos, que enfrentam dificuldades para conseguir emprego.

Nos dois casos, os contratos serão de até dois anos e os programas durarão três anos. Uma empresa poderá contratar, portanto, durante três anos, mas estabelecendo contrato de dois anos.

ENTENDA A SUSPENSÃO DE CONTRATO E A REDUÇÃO DE JORNADA EM 15 PONTOS - 1 de 15

Prorrogação da MP 936 em 2021
A MP 936 autorizou a suspensão de contrato e redução de jornada e salário de empregados, com o objetivo de preservar empregos na pandemia. As medidas seriam válidas por 90 dias, mas foram prorrogadas até dezembro de 2020. Em abril de 2021, o governo editou a MP 1.045, que autorizou uma nova rodada do programa de suspensão e redução de jornada.

Como funciona a suspensão de contrato?

O trabalhador tem o contrato suspenso, e o governo paga o chamado Benefício Emergencial. Os valores desse complemento são calculados com base no seguro-desemprego a que o funcionário teria direito, caso fosse demitido. Variam, portanto, de acordo com o salário que funcionário recebia antes da suspensão.

Como funciona a redução de jornada?
As empresas podem reduzir salário e jornada dos funcionários em 25%, 50% e 70%. Cortes diferentes destes têm de ser feitos por acordo coletivo. O governo paga um complemento, o chamado Benefício Emergencial, ao empregado. O valor desse complemento varia conforme o salário do funcionário e o percentual de corte, tendo por base o seguro-desemprego.

Como fica o salário do trabalhador?
O trabalhador vai receber a remuneração proporcional do empregador mais a complementação do governo. O repasse do governo, não necessariamente, vai repor todo o salário, porque o valor do seguro-desemprego não é equivalente ao salário que o empregado recebe na ativa.

Como o governo vai compensar perdas de quem for afetado?
O governo oferece uma compensação calculada de acordo com o valor do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido e à redução de jornada. O valor do seguro-desemprego varia entre R$ 1.100 e R$ 1.911,84. Sobre esse montante, incide o percentual de redução de jornada.

Como deve ser o acordo?
Os termos do acordo, tantos os novos quanto os já realizados, podem ser encaminhados pelas empresas por meio do site e aplicativo Empregador Web. É preciso informar o número da conta bancária de cada funcionário, e esta não pode ser conta corrente. Para renovar os prazos dos acordos, as empresas precisam renegociá-los com os empregados e informar o governo.

Quem pode aderir à suspensão ou redução de jornada?
Esse regime pode ser adotado por micro, pequenas, médias e grandes empresas. Mas é restrito a companhias privadas, não valendo para as de economia mista, como a Petrobras, ou 100% controladas pelo Estado, como Infraero.

O empregado pode ser demitido após o fim do acordo?
Não. Há um período de estabilidade no emprego que deve ser igual ao período em que vigorou o corte de salário ou suspensão de contrato. Se a redução salarial durou dois meses, o funcionário tem mais dois meses de trabalho. Depois, pode ser demitido, com direito a seguro-desemprego. Se for demitido durante o período de estabilidade, receberá indenização, além das verbas rescisórias.

Vale para trabalhador com contrato intermitente?
Sim. Se esse trabalhador tiver mais de um empregador, receberá a compensação de cada um que reduzir a jornada.

Vale para trabalhadores domésticos?
Sim. A redução pode ser de 25%, 50% ou 70%. O pagamento da remuneração será proporcional à redução. Poderá haver suspensão do contrato também. Neste caso, o trabalhador doméstico tem direito a 100% do seguro-desemprego.

Como fica o cálculo da contribuição para o FGTS?
A base de cálculo para o FGTS será o salário reduzido, sem o acréscimo do seguro-desemprego. E o trabalhador não terá direito a sacar o Fundo. Em caso de suspensão do contrato, não haverá recolhimento.

E o pagamento de décimo terceiro proporcional?
Durante o período de suspensão do contrato, a contagem da proporcionalidade do 13º salário fica interrompida. Assim, não serão considerados os meses de suspensão. No caso da redução de

jornada, os advogados dizem que o cálculo do 13º continuará sendo feito com base no salário contratual ou seja, no salário cheio.

Qual o efeito sobre férias?
No caso da suspensão, há o entendimento de que o período aquisitivo das férias também fica suspenso. Se as férias venceriam em março, mas no ano passado ele ficou cinco meses em suspensão de contrato, ele terá que esperar mais cinco meses neste ano para poder gozar as férias. No caso de redução de jornada, o período não muda, mas o valor será reduzido.

Como ficam benefícios?
Planos de saúde e odontológico devem ser mantidos tanto em caso de redução quanto de suspensão de contrato, assim como o vale-refeição. Previdência privada e auxílios creche e funeral também são mantidos. Se não houver deslocamento do empregado para trabalhar, não é devido o vale-transporte.

Como ficam as gestantes?
A nova MP estabelece que o período de garantia de emprego da funcionária gestante começará a contar a partir do quinto mês após o parto, ou após período de volta da licença-maternidade. Durante a licença, as gestantes terão a manutenção integral do salário-maternidade na redução de jornada e na suspensão de contrato.

Tentativas de emplacar Carteira Verde-Amarela
O novo Priore é muito parecido com a chamada Carteira Verde-Amarela, que o governo tentou emplacar, sem sucesso, durante a Reforma da Previdência e, depois, via uma medida provisória editada em 2019, que vigorou por quatro meses e depois perdeu a validade por enfrentar resistências dentro do Congresso.

No Priore, há redução no recolhimento do FGTS pago por empresas para incentivar as cotratações.

As linhas gerais dos programas já foram anunciadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, mas sem detalhes. As alterações foram negociadas com a equipe econômica como uma espécie de "escadinha" para o mercado formal.

— O objetivo é construir rampas de acesso. Queremos trazer essa massa de 13,5 milhões de pessoas que nem trabalham nem estudam para o mercado de trabalho — disse o relator.

Segundo dados da Subsecretaria de Políticas Públicas do Trabalho do Ministério da Economia, citados pelo relator, o Priore terá impacto nas contas públicas de R$ 23,9 bilhões entre 2022 a 2026 e vai beneficiar quatro milhões de trabalhadores.

O custo do Requip está projetado em R$ 17,2 bilhões distribuídos no período, para habilitar um universo de três milhões de pessoas. Esse gasto está relacionado ao pagamento do bônus.

Bolsa qualificação em até 15% do quadro
A idade do público-alvo do programa de qualificação é entre16 a 29 anos, sem trabalho com carteira assinada há mais de dois anos, e pessoas de baixa que recebiam programas federais de transferência de renda.

Não há vínculo empregatício e o trabalhador poderá receber o chamado Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) do governo, no valor de R$ 275, e a Bolsa de Incentivo à Qualificação (BIQ) paga pela empresa, de igual valor. Somando, o total a ser recebido pelo beneficiário chega a R$ 550.

O dinheiro recebido não integrará a base do Imposto de Renda nem de contribuição previdenciária para o beneficiário.

A jornada máxima será de 22 horas semanais. A quantidade de pessoas que estarão recebendo a qualificação nesse caso não poderá ultrapassar 5% do total de empregados da empresa no primeiro ano.

Mas esse patamar sobe para 10% no segundo ano e, no terceiro ano, a empresa poderá ter até 15% do seu quadro de pessoal pagando apenas a bolsa de R$ 275.

O pagamento de vale-transporte, de vale-alimentação e plano de saúde pela empresa é opcional e não constituirá vínculo empregatício.

Segundo o relator, os cursos de qualificação deverão ser oferecidos pelo Sistema S, universidades ou governos locais, mas quem deve buscar esses cursos são as empresas.

FGTS menor e pago a cada mês

No caso do Priore, o objetivo é garantir o ingresso no mercado de trabalho para quem tem e entre 18 e 29 anos e também de que tem mais de 55 anos e está sem vínculo empregatício.

Nesse caso, será preciso assinar a carteira e pagar remuneração de um salário mínimo (R$ 1.100), pelo menos. Esse trabalhador também terá direito ao bônus, pago pelo governo, no valor de R$ 275.

Como condição especial para incentivar as empresas a contratarem, a medida prevê jornada máxima de 44 horas semanais. Ao final de cada mês empregado receberá:

- Remuneração;
- 13º salário proporcional; e
- Acréscimo de 1/3 de férias.

A indenização do FGTS por acordo será antecipada mensalmente. A indenização do FGTS será paga pela metade. O vínculo não poderá durar mais de dois anos.

Para incentivar as empresas a contratar, o governo decidiu reduzir a alíquota do FGTS desses trabalhadores. A alíquota vai variar entre 6% e 2%, a depender do porte da empresa. Hoje a alíquota é de 8%.

Como ficam as alíquotas

- 6% para empresa receita superior R$ 4,8 milhões
- 4% para empresa receita superior R$ 360 mil e igual ou inferior a R$ 4,8 milhões;
- 2% para empresa receita igual ou inferior a R$ 360 mil

Redução de jornada em setores específicos

O parecer do deputado Christino Áureo também trata do teor original da MP, a redução de salários e jornadas em caso de calamidade pública. O texto abre brechas para a reedição do programa, prevendo que ele poderá ser aplicado em casos específicos em determinadas regiões atingidas por problemas inesperados.

A definição sobre a reedição do programa dependerá do governo, que precisará editar uma medida prevendo os recursos do programa quando ele for acionado.

Editada no fim de abril, a MP prevê o pagamento do BEm (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) para os trabalhadores que fecharam acordos de redução salarial e de jornada e suspensão do contrato de trabalho.

A ideia foi adotada inicialmente no ano passado como uma forma de ajudar as empresas a manterem os empregos, durante a pandemia.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2021

REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA DEVE SER VOTADA EM AGOSTO, DIZ LIRA

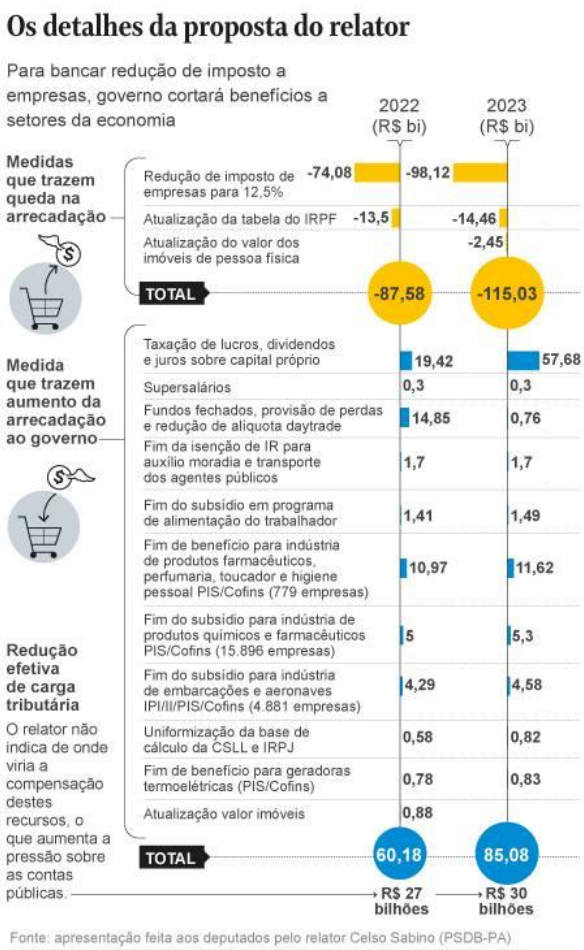
Estados criticam proposta apresentada nesta semana
Por Geralda Doca

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Adriano Machado / Reuters

BRASÍLIA — O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ao GLOBO que a votação da reforma do Imposto de Renda (IR) deverá ficar para agosto. Segundo ele, o relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-PA), apresentado na terça-feira e com várias modificações na proposta original do governo, tem apoio da maioria dos líderes dos partidos.

— A votação deve ficar para agosto. Mas por enquanto com muito apoio — disse Lira, que chegou a sugerir a votação ainda nesta semana, mas agora voltou atrás.

Para o presidente da Câmara, o parecer deverá ser aprovado apenas com "ajustes", sem detalhar quais.



Contudo, os secretários estaduais de Fazenda estão se mobilizando contra o relatório. Em nota divulgada nesta quinta-feira, o presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles, classifica o parecer de "atentado ao sistema federativo" e alerta para prejuízos à prestação dos serviços públicos aos mais pobres.

Segundo estimativas do colegiado, as mudanças no IR vão resultar em perdas de R$ 27 bilhões para o conjunto dos estados e municípios. O bolo arrecadado com o tributo é repartido com os entes federados, diferente de outros tributos como o PIS/Cofins.

Críticas dos especialistas: Reforma do IR põe em risco contas públicas sem reduzir desigualdades

"Originalmente, o PL (projeto de lei) apresentado pelo governo previa neutralidade fiscal e medidas que, no seu conjunto, implicariam menor tributação da classe média e maior tributação dos mais ricos", diz a nota, que acrescenta:

Editoria de Arte Foto: O GLOBO
Crédito para empresas: Novo Pronampe já está disponível. Veja como tomar empréstimos

"Contudo, o texto do relator reduziu drasticamente o IRPJ, não reviu a ampla faixa de isenção para dividendos e ainda retirou do texto a previsão de que as transferências de dividendos entre empresas de um mesmo grupo seriam taxadas, atendendo ao desejo de grupos privilegiados".

Reforma do IR: Relator avalia mudar faixa de isenção, e peso sobre dividendos poderá ser maior

A proposta original do governo foi alvo de muitas críticas. O texto de Sabino prevê a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de 25% para 12,5%. Por outro lado, corta subsídios de 20 mil empresas de diversos setores e também taxa dividendos em 20%.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2021

PIB DA CHINA DESACELERA E CRESCE 7,9% NO SEGUNDO TRIMESTRE, APÓS SALTO RECORDE NO INÍCIO DO ANO

Resultado ficou abaixo da expectativa do mercado e foi influenciado pelo desempenho do comércio e da indústria
O Globo e agências internacionais

Após recorde no primeiro trimestre, economistas esperavam uma desaceleração do PIB chinês no período de abril a junho Foto: Bloomberg

PEQUIM — O Produto Interno Bruto (PIB) da China, segunda maior economia do mundo, cresceu 7,9% no segundo trimestre em relação a igual período do ano anterior. O resultado é uma desaceleração ante o avanço recorde nos três primeiro meses de 2021. A expectativa de economistas era de aumento de 8,1%.

No primeiro trimestre, o país asiático cresceu 18,3% ante os três primeiros meses de 2020, em boa parte devido à base fraca de comparação, já que o início do ano passado marca a paralisação de fábricas na China por causa da pandemia.

Apesar da desaceleração, analistas avaliam que a economia chinesa tem mostrado resiliência, o que deve impulsionar a recuperação econômica global.

Na comparação com o primeiro trimestre, o PIB da China cresceu 1,3%.

Vendas no comércio e na indústria ajudaram no desempenho da economia chinesa, que também foi afetada por custos mais altos das matérias-primas e pelos novos surtos de Covid-19.

No mercado, aumentam as expectativas por políticas públicas com estímulos econômicos para ajudar o país na recuperação.

No mesmo dia da divulgação do PIB, entrou em vigor o corte nos depósitos compulsórios dos bancos, liberando 1 trilhão de iuanes (US$ 154,47 bilhões) para usos como oferta de crédito.

Vendas no varejo superam expectativas
As vendas no varejo na China cresceram 12,1% em junho, em relação ao ano anterior, acima da previsão de analistas (11%). E a produção industrial cresceu 8,3% em junho, desacelerando em relação a maio, mas acima das projeções (7,8%).

A recuperação nas vendas e um investimento mais forte por parte dos fabricantes alimentou o otimismo de que o crescimento do país está se tornando mais equilibrado, pois mostra uma retomada dos gastos das famílias.

No primeiro trimestre, o desempenho foi puxado pelo aumento das exportações e pelo mercado imobiliário aquecido.

— A perspectiva geral de crescimento ainda é bastante resiliente. É uma grande surpresa ver que as pessoas estão gastando — disse Helen Qiao, economista-chefe da Grande China do Bank of America Securities, à Bloomberg Television.

Os dados do segundo trimestre sugerem que Pequim pode cumprir confortavelmente sua meta de crescimento de mais de 6% para o ano e continuar a impulsionar os mercados globais de commodities e bens industriais.

Junto com os EUA e a Europa, a China avançou com rapidez no processo de vacinação neste ano, com cerca de metade de sua população imunizada.

Exportações, um suporte-chave
As fortes exportações da China têm sido um suporte-chave para a recuperação do país no pós-Covid, embora haja a crença de que o crescimento do comércio possa desacelerar na segunda metade de 2021, refletindo em parte as incertezas da pandemia.

"O boom de exportação da Covid-19 da China parece ter atingido seu pico e se dissipará nos próximos trimestres, conforme as vacinas ajudem a normalizar os padrões de consumo global", disse Julian Evans-Pritchard, da Capital Economics, em nota

Especialista acreditam que o crescimento deve desacelerar ligeiramente no segundo semestre, à medida que os consumidores em todo o mundo começam a gastar mais em serviços, beneficiando o setor de exportação da China.

— Esperamos que as autoridades continuem a conduzir a economia para um pouso suave. Na prática, isso implicará equilibrar os riscos de estabilidade financeira com a necessidade de manter a recuperação em andamento, fazendo pequenos ajustes nas alavancas de política, mas sem flexibilização agressiva — afirmou Chang Shu, economista-chefe da Ásia.

Desempenho recorde no 1º tri
No primeiro trimestre deste ano, o PIB chinês cresceu 18,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, uma taxa recorde de crescimento a que se chegou graças à base de comparação deprimida pelo início da pandemia de covid-19 começo de 2020, mas que também reflete o impulso contínuo na segunda maior economia do mundo.

A taxa de crescimento de 18,3% para o primeiro trimestre foi a mais alta desde que a China começou a divulgar o PIB trimestral em 1992, superando a taxa de 15,3% no primeiro trimestre de 1993.

No primeiro trimestre de 2020, período em que a primeira onda da pandemia afetou drasticamente as economias globais, o PIB chinês havia caído 6,8%, o pior resultado econômico em 44 anos.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2021

COM BOLSONARO INTERNADO E MOURÃO EM VIAGEM, STF PODE RESOLVER IMPASSE SOBRE LIRA ASSUMIR PRESIDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal ainda não se manifestou se o presidente da CÂmara, Arthur Lira, estaria impedido de substituir provisoriamente o presidente da República
Por Mariana Muniz

BRASÍLIA - Com a internação do presidente Jair Bolsonaro nesta quarta-feira e o vice-presidente Hamilton Mourão fora do país para a cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a linha sucessória diz que a cadeira da presidência da República deve ser ocupada pelo presidente da Câmara dos Deputados. Há, no entanto, um impasse jurídico no Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da possibilidade de o atual presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), assumir a cadeira, que poderá ter que ser debatido diante do atual cenário.

O impasse diz respeito a um entendimento adotado pelo próprio Supremo, em 2016, sobre o então presidente do Senado Renan Calheiros (MDB-AL). O plenário, por maioria, validou liminar para dizer que réus em ações penais no STF não podem substituir o presidente e o vice caso os dois se ausentem do país, ainda que estejam liberados para comandar as duas Casas Legislativas federais.

A situação de Lira gera dúvida por que em outubro de 2019, a Primeira Turma do STF recebeu uma denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) que acusa o deputado e aliado do governo Bolsonaro de aceitar propina de R$ 106 mil do então presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Francisco Colombo, em troca de mantê-lo no cargo. A defesa de Lira recorreu.

Ministros ouvidos pelo GLOBO avaliam que, embora a denúncia tenha sido recebida, como o recurso da defesa ainda está pendente de julgamento, o presidente da Câmara não virou réu efetivamente - Lira, portanto, estaria apto a assumir a presidência. Uma outra ala de ministros entende, porém, que a partir do recebimento da denúncia o acusado torna-se réu, havendo o impedimento para que o deputado assuma a presidência.

Na Corte, internamente, há a avaliação de que, caso Lira venha a assumir, o questionamento a respeito da possibilidade de que o deputado assuma será feito. Quando isso ocorrer, o plenário terá que se manifestar sobre o assunto. Caso a ação chegue ao STF durante o recesso, com pedido de liminar, a decisão caberá ou ao presidente da Corte, ministro Luiz Fux, ou à vice-presidente, ministra Rosa Weber, que assume o plantão já na semana que vem.

Ao GLOBO, a defesa de Lira sustenta que o presidente da Câmara não se torna réu até que a a Primeira Turma conclua a análise dos embargos de declaração, paralisada em novembro de 2020 por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. "O presidente da Câmara está em plenas condições de assumir a cadeira caso seja necessário", afirmou o advogado Pierpaolo Bottini.

Embora o Supremo tenha decidido em 2016 sobre a situação de Renan Calheiros, ainda está pendente de conclusão a análise sobre o mérito da questão. Em 2017, um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes adiou a conclusão do julgamento da ação que discute se réus em ação penal perante o STF podem ou não substituir presidente da República. Quando o julgamento foi paralisado, já havia maioria para dizer que réus perante o STF não podem ocupar cargos que estão na linha de substituição da Presidência da República, mas conservam a titularidade de presidentes das suas respectivas Casas.

Caso Lira seja impedido de assumir, o próximo na linha sucessória é o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que não é réu em ações penais. Com isso, ele ficaria livre para assumir o cargo temporariamente.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MERCADOS FECHAM MISTOS APÓS FALA DE PRESIDENTE DO FED E AUMENTO DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO

Jerome Powell, presidente do banco central americano, disse que a inflação dos Estados Unidos está bem acima da meta; PIB da China também ficou no radar
Por Redação, O Estado de S.Paulo

Os principais índices do exterior fecharam mistos nesta quinta-feira, 15, após a divulgação do PIB do segundo trimestre da China e também da decisão da Organização dos Países Exportadores de

Petróleo (Opep) de elevar a produção de petróleo dos países do grupo. Além disso, as declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) também foram monitoradas.

Em discurso no Senado, Jerome Powell, presidente do Fed, o e presidente da distrital de Chicago, Charles Evans, admitiram quea inflação está "bem acima" da meta e que ela tem se acelerado de forma surpreendente. A fala colocou em evidência a chance de um corte antecipado nos estímulos, no entanto, o próprio Powell disse que a política monetária atual será mantida até que o cenário de emprego e inflação estejam dentro dos objetivos. Já o presidente do Banco Central Europeu, Andrew Bailey, disse que a entidade não terá pressa em elevar a taxa de juros básica.

Com novo avanço da pandemia, demanda por petróleo ainda é uma incógnita para o mercado. Foto: Reuters/Dronabase

Na China, dados oficiais mostraram que o Produto Interno Bruto (PIB) chinês teve expansão anual de 7,9% no segundo trimestre, bem menor do que o salto de 18,3% observado no trimestre anterior, mas em linha com as expectativas. O resultado, porém, fez crescer a percepção de que a retomada da economia do país pode estar desacelerando para um patamar pré-pandemia.

No mercado de commodities, após adiar a decisão, a Opep elevou hoje sua previsão no aumento da oferta de petróleo entre países fora do grupo no próximo ano, de 800 mil barris por dia (bpd) para 810 bdp, conforme divulgado em relatório. Além disso, circularam também informações de que a Opep+, que inclui aliados da organização, teria entrado em um consenso sobre aumento da oferta a partir de agosto, o que foi negado pelos Emirados Árabes Unidos.

A decisão vem em um momento no qual a demanda pelo óleo ainda é afetada pela pandemia. Em resposta, o WTI para agosto fechou em baixa de 2,02%, cotado a US$ 71,65 o barril, enquanto o Brent para setembro baixou 1,73%, a US$ 73,47 o barril. Ações de petroleiras também despencaram no mercado europeu - a petroleira BP fechou em queda de 2,85%, enquanto a Total recuou 1,24%.

Bolsas de Nova York
O mercado de Nova York fechou misto, com Dow Jones em alta de 0,16%, mas o S&P 500 e o Nasdaq tiveram quedas de 0,33% e 0,70% cada.

Bolsas da Europa
A queda das petroleiras pesou no mercado europeu, com o índice Stoxx 600, que concentra as principais empresas da região, caindo 0,95%. A Bolsa de Londres cedeu 1,12%, enquanto a de Frankfurt teve baixa de 1,08% e Paris recuou 0,99%. Já Milão, Madri e Lisboa tiveram quedas de 1,27%, 1,52% e 1,08% cada.

Bolsas da Ásia
No mercado asiático, a divulgação em linha com o esperado do PIB da China favoreceu os negócios. Os índices chineses de Xangai e Shenzhen tiveram altas de 1,02% e 0,35% cada, enquanto a Bolsa de Hong Kong se valorizou 0,75%, Seul avançou 0,66% e Taiwan registrou ganho de 1,06%. Exceção, a Bolsa de Tóquio caiu 1,15%, à espera da decisão do banco central japonês sobre a política monetária do país, que deverá ser mantida.

Na Oceania, a bolsa australiana ficou no vermelho, com queda de 0,26%, à medida que o país vem retomando lockdowns para conter uma nova onda de infecções por covid-19. /MAIARA SANTIAGO, ILANA CARDIAL, SÉRGIO CALDAS E IANDER PORCELLA
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/07/2021

COM BAIXA DISPUTA, GOVERNO DE SP ARRECADA R$ 22 MILHÕES EM LEILÃO DE AEROPORTOS REGIONAIS

As ofertas tiveram ágio médio de 11%; o investimento durante os 30 anos de concessão será de R$ 447 milhões, sendo R$ 137 milhões nos primeiros quatro anos do contrato

Por Renée Pereira, O Estado de S.Paulo

Apenas dois consórcios apresentaram propostas nesta quinta-feira, 15, para o leilão de concessão de 22 aeroportos regionais do Estado de São Paulo. As ofertas tiveram ágio médio de 11% e a arrecadação total, de R$ 22 milhões. O volume de investimentos durante os 30 anos de concessão será de R$ 447 milhões, sendo R$ 137 milhões nos primeiros quatro anos do contrato.

O consórcio Aeroportos Paulista, liderado pela Socicam, foi o único a dar lance no bloco Noroeste - composto pelos terminais de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba e Barretos, Assis, Dracena, Votuporanga, Penápolis, Tupã, Andradina e Presidente Epitácio.

Aeroporto de Sorocaba estava incluso no bloco Sudeste, que foi arrematado por 14,7 milhões. Foto: Prefeitura de Sorocaba/ Divulgação

O grupo, que agora conta com 26 concessões de aeroportos, arrematou o lote com uma oferta de R$ 7,6 milhões e ágio de 11,14%. Nesse bloco, estão previstos investimentos de R$ 181,2 milhões na ampliação da capacidade, melhoria da operação e adequação à regulação.

O bloco Sudeste, que inclui os aeroportos de Ribeirão Preto, Bauru-Arealva, Marília, Araraquara, São Carlos, Sorocaba, Franca, Guaratinguetá, Avaré-Arandu, Registro e São Manuel, foi vencido pelo consórcio Voa NW e Voa SE, com oferta de R$ 14,7 milhões e ágio de 11,5%.

O grupo já havia vencido o primeiro leilão de aeroportos do governo paulista e agora soma 16 terminais administrados. O total de investimentos nos 11 aeroportos arrematados vão somar R$ 266,5 milhões. A formação do consórcio é a mesma do primeiro leilão: MPE Engenharia, Terracom Construções, Nova Ubatuba Empreendimentos, ALC Participações Incorporadora/EPC Construções e Estrutural Concessões de Rodovias.

Apesar da baixa concorrência, o vice-governador, Rodrigo Garcia, considerou o leilão um sucesso. “Fizemos um bom projeto e o resultado mostra a confiança dos investidores na retomada econômica e na administração paulista”, diz ele.

Com a licitação desta quinta, o Estado de São Paulo passa a não ter mais nenhum aeroporto sob administração pública. Com isso, o Daesp - departamento responsável pela estrutura dos aeroportos - passa agora por um processo de extinção do órgão.

O quadro de funcionários será realocado na agência reguladora de transportes Artesp, que será responsável pela regulação dos aeroportos. “Vamos deixar de investir cerca de R$ 70 milhões por ano em aeroportos, o que dá R$ 2 bilhões nos 30 anos de concessão. Esse valor será destinado para saúde, educação e segurança pública”, disse o vice-governador.

Dos 22 aeroportos concedidos, seis já contam com serviços de aviação comercial regular e 13 têm potencial de se desenvolver como novas rotas regulares durante a concessão. Juntos, os aeroportos movimentam atualmente 2,4 milhões de passageiros por ano, considerando embarques e desembarques.

De acordo com estimativas do governo, considerando os investimentos previstos, esses números podem superar mais de 8 milhões de passageiros por ano ao longo dos 30 anos de contrato de concessão.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/07/2021

PARQUES NATURAIS TÊM POTENCIAL ECONÔMICO CINCO VEZES MAIOR QUE O ATUAL, DIZ ESTUDO

Por Gabriel Baldocchi

Fernando de Noronha é um dos parques naturais que concentram as visitas no Brasil Foto: Felipe Mortara/Estadão

Com baixa visitação se comparados aos de países referência no setor, os parques naturais brasileiros apresentam forte potencial turístico e econômico. Se melhor aproveitados, teriam condições de atrair um número quase cinco vezes maior de visitantes, com um incremento econômico da mesma ordem. As conclusões são de um estudo do Instituto Semeia, que trabalha para valorizar os recursos naturais do País. O levantamento, feito pela consultoria BCG, indica que esse segmento do turismo poderia saltar de uma participação de 0,1% no PIB para 0,6%, ou o equivalente a R$ 44 bilhões.

Cerca de 75% das visitas a parques naturais no Brasil estão concentradas em oito deles, como o de Fernando de Noronha. É pouco: o País tem cerca de 300 unidades, sob gestão federal e estadual. Em 2019, eles atraíram em torno de 13 milhões de visitantes, total que, segundo o estudo, poderia chegar a 56 milhões. A lista de países considerados como referência inclui Estados Unidos, Peru e Nova Zelândia.

A participação total do turismo no PIB brasileiro está hoje em 7,7%, abaixo do observado em países da América Latina como Argentina, Peru e México. Embora o Brasil seja considerado o segundo no ranking mundial de recursos naturais, também possui um baixo índice (0,7) de viagens internas a lazer por habitante, inferior a Colômbia e Equador, por exemplo.

O aumento na visitação dos parques seria ainda uma forma de gerar renda para as comunidades do entorno. Com a visitação a todo vapor, o impacto no emprego seria equivalente a quase 1 milhão de postos de trabalho, estima o estudo.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/07/2021

BOLSONARO SANCIONA LEI QUE ELEVA TRIBUTAÇÃO DE BANCOS PARA BANCAR SUBSÍDIO A DIESEL E GÁS DE COZINHA

Compensação foi para o corte feito no início do ano nos impostos sobre os combustíveis; nesta semana, o presidente prometeu uma nova redução, de R$ 0,04, no PIS/Cofins do diesel
Por Lorenna Rodrigues , O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou, nesta quinta-feira, 15, com vetos, a lei que aumenta a tributação sobre bancos e reduz incentivos ao setor petroquímico para bancar subsídio temporário ao diesel e ao gás de cozinha.

Essa compensação foi para o corte feito no início do ano nos impostos que incidem sobre os combustíveis. Esta semana, Bolsonaro prometeu uma nova redução, desta vez de R$ 0,04, no PIS/Cofins do diesel, que passaria de R$ 0,31 para R$ 0,27.

O presidente disse que tem o apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes, para a medida e que, como compensação, vai tirar isenção para um setor, mas que não revelaria qual.

As compensações via aumento de tributos e cortes de incentivos são necessárias porque o presidente, em um aceno aos caminhoneiros, quis desonerar o diesel para dar uma resposta aos sucessivos reajustes que o combustível vinha tendo na esteira da valorização do dólar e do preço do petróleo no mercado internacional.

A política de preços da Petrobrás inclusive levou Bolsonaro a demitir o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, indicando o general da reserva Joaquim Silva e Luna para o posto.

Pela lei publicada no Diário Oficial da União, a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para o setor financeiro passou de 20% para 25% até 31 de dezembro deste ano para bancos e de 15% para 20% para empresas de seguros privados, capitalização, distribuidoras de valores mobiliários, entre outras.

A nova lei prevê, ainda, o encerramento gradual dos subsídios da indústria petroquímica (REIQ), até serem extintos em 2024. Hoje, o setor paga alíquota de 1% no PIS e de 4,6% na Cofins, no mercado interno e na importação.

Carros para PCDs
Outra modificação é um teto de isenções fiscais do IPI no caso de compra de veículos novos por pessoa com deficiência (PCD). Até o fim do ano, a isenção valerá apenas para automóveis que custem até R$ 140 mil.

Na MP original, o governo havia estipulado um teto para o valor dos veículos de R$ 70 mil - pela legislação atual, não há limite.

Na soma dos incentivos, um carro para PCD pode ter desconto de 20% a 30% no preço de tabela, dependendo do modelo e da categoria. O dado mais recente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) indica que a venda de carros para esse público representa 8% do total de veículos vendidos no País e vem crescendo nos últimos cinco anos.

Segundo dados do IBGE, um quarto dos brasileiros têm algum tipo de deficiência que pode servir como justificativa para a isenção de impostos na compra do automóvel. São quase 70 doenças elegíveis para o direito à isenção, como hérnia de disco, hepatite, osteoporose, diabetes, artrose, AVC e LER.

Vetos
Bolsonaro vetou três pontos do texto aprovado pelo Congresso Nacional. O primeiro, que ampliava o rol de pessoas com deficiência que teriam direito à isenção de IPI sobre veículos.

Também foi vetado artigo que permitia que créditos presumidos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins pudessem ser compensados com outros tributos ou ressarcidos em dinheiro.

O terceiro veto barrou artigo que previa que o montante destinado ao pagamento de prêmios e ao recolhimento do Imposto de Renda incidente sobre a premiação de loterias não comporá a base de cálculo das contribuições sociais devidas pelos operadores.

"Embora bem-intencionados, os dispositivos poderiam comprometer a arrecadação tributária e o equilíbrio fiscal", explicou a Secretaria-Geral da Presidência da República.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/07/2021

CONFIANÇA DO COMÉRCIO SOBE 11,7% EM JULHO E VOLTA À ZONA DE OTIMISMO, DIZ CNC
Por Daniela Amorin

Os comerciantes brasileiros voltaram a ficar otimistas em julho, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) registrou um salto de 11,7% em relação a junho, para o patamar de 107,8 pontos, retornando assim à zona de satisfação, o que não acontecia desde março.

O resultado sucede o avanço de 12,2% registrado no mês anterior, que interrompeu uma sequência de seis meses seguidos de quedas. Na comparação com julho de 2020, o crescimento no indicador de confiança foi de 55,6%.

Segundo a CNC, o avanço da vacinação da população contra a covid-19 permite perspectivas de um segundo semestre melhor para o ambiente de negócios. A renovação de programas de governo como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) também podem ter contribuído para a melhora.

Na passagem de junho para julho, houve melhora nas avaliações sobre as condições atuais (alta de 29,2%), mas também nas expectativas para os próximos meses (+5,6%) e nas intenções de investimentos (+8,5%).
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/07/2021

BOLSONARO SANCIONA LEI QUE AUTORIZA BC A ACOLHER DEPÓSITOS VOLUNTÁRIOS DOS BANCOS

Atualmente existe apenas o depósito compulsório, no qual os bancos são obrigados a reter no BC uma parte do dinheiro, que não pode ser usada para empréstimos
Por Lorenna Rodrigues , O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quinta-feira, 15, lei que autoriza o Banco Central a acolher depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.

Atualmente, os bancos são obrigados a fazer os chamados depósitos compulsórios, ou seja, reter no BC uma parte do dinheiro, que não pode ser usada para empréstimos. Não existe a modalidade de depósito voluntário.

Para manter a taxa básica de juros na meta estipulada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente em 4,25%, o BC diariamente oferta títulos públicos com a promessa de recomprá-los no futuro.

Com as operações compromissadas, o BC vende e compra títulos federais para evitar excesso ou escassez de dinheiro em circulação. Para isso, o Tesouro precisa emitir títulos públicos, o que acaba afetando a dívida pública.

Com os depósitos voluntários, conforme a lei, as instituições poderão optar por recolher os recursos no BC em troca de remuneração, sem a emissão de títulos públicos como nas compromissadas e sem efeito na dívida pública. Para o BC, o instrumento seria uma alternativa às compromissadas. Não haveria substituição de uma operação por outra.

O texto determina que a remuneração desses depósitos será definida pela autoridade monetária, assim como limites, prazos, as formas de negociação e outras condições dos depósitos de entidades não financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

A medida prevê ainda que o BC apresente informações detalhadas sobre o acolhimento dos depósitos em audiências na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/07/2021

Valor Econômico
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO DE SP FAZ LEILÃO DE 22 AEROPORTOS HOJE

Leilão de dois blocos regionais deverá gerar investimentos de R$ 448 milhões
Por Taís Hirata — De São Paulo

Ao contrário do informado anteriormente, o valor mínimo de outorga fixa é de R$ 6,8 milhões para o Bloco Noroeste e de R$ 13,2 milhões para o Bloco Sudeste. Segue a versão atualizada:

O governo de São Paulo realiza hoje o leilão de 22 aeroportos regionais, que foram divididos em dois blocos. O primeiro deles é liderado por Ribeirão Preto, e o segundo, por São José do Rio Preto. Os interessados entregam suas propostas às 14 horas, na sede da B3, em São Paulo, e a concorrência será iniciada na sequência, a partir de 15 horas.

Ao todo, estão previstos investimentos de R$ 448 milhões nos dois contratos, que terão duração de 30 anos. Cerca de R$ 137,8 milhões deverão ser aplicados já nos quatro primeiros anos.

Vencerá a disputa o grupo que oferecer o maior valor de outorga fixa. Para o bloco Noroeste (de São José do Rio Preto), o valor mínimo a ser pago é de R$ 6,8 milhões, com valor estimado do contrato de R$ 188 milhões. No bloco Sudeste, considerado mais atrativo, o montante mínimo é de R$ 13,2 milhões, com valor estimado do contrato de R$ 278 milhões.

No mercado, a previsão é que o leilão seja bem sucedido, com mais de um interessado por bloco. Devido ao perfil dos ativos, de porte menor e operação mais simples, a expectativa é que os interessados sejam grupos médios, e não os operadores internacionais de aeroportos, que estão mais focados nos leilões federais.

“O próprio edital já trouxe uma exigência de atestados mais genéricos, para abarcar operadores de infraestrutura, e não apenas do setor aeroportuário. Então o rol de licitantes deverá ser mais abrangente e devemos ver novos operadores”, afirma Felipe Estefam, do Souza, Mello e Torres Advogados. A expectativa é que empresas de outros segmentos, como logística, transporte rodoviário e construtoras, componham consórcios.

Há cerca de um mês, o governo paulista indicou que 15 empresas analisavam o ativo, segundo afirmou Antônio Claret de Oliveira, diretor superintendente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) ao Valor.

Dos 22 aeroportos licitados, apenas seis têm operação comercial. Os demais trabalham com aviação executiva, mas poderão ampliar suas rotas. Hoje, a movimentação total, nos dois blocos, é de 2,4 milhões de passageiros por ano, mas o governo estima que o número possa chegar a 8 milhões anuais ao longo dos 30 anos de concessão.

O leilão chegou a ser alvo de dois pedidos de impugnação nos últimos dias. Porém, ambos foram negados. O primeiro deles partiu da empresa privada Sinart (Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico), que atua na operação de terminais de passageiros e hotelaria. O grupo, que se apresentou como um interessado no leilão, alegou que não foram disponibilizadas informações suficientes para a formulação da oferta. A comissão de licitação, porém, negou o pedido.

O outro questionamento partiu do município de Sorocaba (SP), que alegou preocupação com uma possível invasão de áreas públicas municipais por parte do aeroporto, o que a comissão também descartou.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/07/2021

CONSELHO DA CSN MINERAÇÃO APROVA EMISSÃO DE R$ 1 BILHÃO EM DEBÊNTURES

Recursos serão usados para investimentos no projeto de expansão do Terminal Portuário de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí e para o pagamento de despesas
Por Rita Azevedo, Valor — São Paulo

Foto : Reprodução / site CSN

O conselho de administração da CSN Mineração aprovou a emissão de R$ 1 bilhão em debêntures. Os recursos serão usados para investimentos no projeto de expansão do Terminal Portuário de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí e para o pagamento de despesas.

A emissão será em até duas séries, com vencimento em dez anos, no caso da primeira série, e de 15 anos, no caso da segunda, diz a companhia em comunicado divulgado hoje. A distribuição será com esforços restritos.

A remuneração será estabelecida após a conclusão do procedimento de bookbuilding, sendo certo que os juros da primeira série serão correspondentes à maior taxa entre 4,77% e a taxa de retorno das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), com vencimento em agosto de 2030, acrescida de spread de 0,7%.

Em relação à segunda série, os juros serão correspondentes à maior taxa entre 4,9% e o retorno da NTN-B com vencimento em maio de 2035, acrescido de 0,78% ao ano.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/07/2021

MINÉRIO DE FERRO TEM ALTA DE 1,6% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO
Por Ivo Ribeiro, Valor — São Paulo

O minério de ferro continuou em rota de alta de preços desde o início da semana, fixando-se no patamar de US 220 a tonelada. O movimento se dá apesar das fortes pressões do governo chinês na indústria do aço visando uma queda da commodity, que dobrou de valor no primeiro semestre, na média.

Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com pureza de 62% de ferro — referência nas negociações do mercado transoceânico — encerrou o dia hoje a US$ 222,09 a tonelada, aumento de 1,6% em relação a ontem.

Conforme fontes do mercado do porto chinês de Qingdao disseram à publicação, um dos fatores da alta foi a queda dos estoques da matéria-prima do aço nos portos chineses.

Com o preço negociado em Qingdao hoje, o minério registra aumento de 3,7% em julho. Desde o primeiro dia de janeiro, a valorização da commodity acumula 38,4%.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/07/2021

DISTRIBUIDORAS DE GÁS APORTAM R$ 1,2 BI EM PE

Joint venture entre grupo Edson Queiroz e Copa Energia vai construir novo terminal de armazenamento em Suape
Por Marina Falcão e André Ramalho — Do Recife e Rio

Por meio de uma joint venture, o grupo cearense Edson Queiroz, dono da Nacional Gás, e a Copa Energia, controladora da Liquigás e Copagaz, vão investir R$ 1,2 bilhão para instalar um terminal de tancagem de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Porto de Suape, em Ipojuca (PE).

O terminal contará com 90 mil metros cúbicos de tancagem, com dutos para movimentar a matéria-prima e fazer conexões logísticas. Por ano, o terminal irá comportar 1,5 milhão de tonelada de GLP, o gás de cozinha.

A conclusão da obra deve aumentar a autonomia da região Nordeste em relação ao gás de cozinha. Atualmente, a região conta somente com estoque de apenas quatro dias. O empreendimento possibilitará que o gás seja armazenado refrigerado, ocupando um volume reduzido que permite ampliar a estocagem.

Presidente do grupo Edson Queiroz, Carlos Rotella disse que o momento reserva uma “grande oportunidade” para investimentos em tancagem, por conta da modernização e revisão do modelo de abastecimento do gás GLP por parte da Petrobras.

O novo terminal será construído no mesmo terreno em que o grupo Edson Queiroz já tem uma envasadora de gás butano. Com aporte de R$ 20 milhões, o grupo requalificou recentemente as instalações da unidade, essencial para implementação do terminal de tancagem. No início do ano, a empresa ampliou a capacidade da unidade em Mataripe, na Bahia.

A Nacional Gás, Copagaz e Liquigás devem consumir cerca de 70% da capacidade do terminal. O restante da capacidade ficará disponível para que outras distribuidoras possam importar diretamente o combustível.

Ex-subsidiária da Petrobras, a Liquigás foi adquirida por R$ 4 bilhões por um consórcio formado pela Copagaz, Itaúsa e Nacional no ano passado. Com a aquisição, a Copa Energia assumiu a liderança do setor de GLP na América Latina. “Esse investimento é um passo importante para garantia de abastecimento da região, porque passaremos a ter uma tancagem com maior capacidade de armazenamento, garantindo o abastecimento no longo prazo”, disse Pedro Turqueto, vice-presidente da Copa Energia, em comunicado.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/07/2021

ESTUDO CALCULA ‘IMPACTO’ DE FISCAIS AGRÍCOLAS

Segundo a FGV, auditores agropecuários prestaram serviços que movimentaram R$ 87,5 bi em 2020
Por Rafael Walendorff — De Brasília

Caminhões e cargas no Porto de Santos: Brasil tem hoje 2.533 auditores federais agropecuários na ativa, contingente 37,3% menor que o de 21 anos atrás — Foto: Luiz Fernando Menezes/Folhapress

A atuação dos auditores fiscais federais agropecuários - serviço que foi considerado essencial durante a pandemia - teve um impacto de R$ 87,5 bilhões na economia brasileira em 2020, com reflexos diretos e indiretos na produção e na exportação do agronegócio, segundo um estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgado ontem pelo sindicato nacional da categoria (Anffa Sindical).

De acordo com o documento, o trabalho dos servidores garantiu 8,65% das exportações do agronegócio, que ultrapassaram a marca dos US$ 100 bilhões no ano passado. A atuação da categoria evitou perdas diretas de R$ 44,9 bilhões, nos cálculos da FGV, principalmente nos embarques de soja em grão (R$ 19,8 bilhões), óleos vegetais e animais (R$ 4,3 bilhões), carne bovina (R$ 3,7 bilhões), carne de aves (R$ 3,5 bilhões) e café (R$ 2,4 bilhões). O impacto indireto no valor da produção dos demais setores influenciados pela atividade de fiscalização desses agentes somou outros R$ 42,6 bilhões.

A manutenção da atividade dos auditores durante a pandemia também teve efeitos na geração de renda (R$ 35,6 bilhões), salários (R$ 9,2 bilhões) e impostos (R$ 8,7 bilhões). Na avaliação da FGV, a atuação da categoria teve efeitos sobre 183 mil postos de trabalhos, ligados direta e indiretamente ao agronegócio.

O presidente do Anffa Sindical, Janus Pablo, disse que os números comprovam a importância da categoria para a economia do país, a segurança alimentar, o combate à fraude nos alimentos, o acesso a mercados internacionais e a promoção do desenvolvimento local.

Ele pediu que o governo valorize os auditores e faça novo concurso público para contratar profissionais como engenheiros agrônomos, médicos veterinários, farmacêuticos e zootecnistas. A solicitação está represada no Ministério da Economia, que quer aguardar a aprovação da reforma administrativa no Congresso Nacional. O dirigente criticou a redução do orçamento para a área de defesa agropecuária do país, que é de cerca de R$ 150 milhões para este ano, diz o sindicato

Atualmente, há 2.533 auditores fiscais federais agropecuários na ativa, contingente 37,3% menor que o de 21 anos atrás. O déficit é de 1.620 servidores, nos cálculos do sindicato. A redução ocorreu, principalmente, em virtude da aposentadoria de funcionários mais antigos e da adoção de sistemas informatizados

O baixo número de servidores preocupa, também, porque a produção e as exportações do agronegócio estão em expansão. Apenas em 2020, a demanda por Certificados Sanitários Internacionais (CSI) chegou a 390,9 mil, aumento de 17,3% em relação ao ano anterior, e 24 novos mercados foram abertos para produtos de origem animal. Ao menos 1,2 mil auditores trabalham diretamente em portos, aeroportos e postos de fronteiras terrestres com a fiscalização de exportações e importações.

“Já estamos no limite e saturados em algumas áreas. Precisamos de mão de obra, estamos nos desdobrando para atender à demanda crescente”, afirmou Janus Pablo. Ele disse que o governo não entende a importância da categoria. “Embora tenhamos vários sistemas [digitais], ainda precisamos de mais auditores. Muitas atividades são feitas de forma presencial. Nunca poderemos substituir 100% a fiscalização presencial. O trabalho in loco nos dá a condição do detalhamento, de nos aprofundarmos nas tarefas”.

O Anffa Sindical garantiu que a fiscalização da produção e exportação de alimentos ainda não foi afetada e que toda a demanda foi atendida, apesar do “risco de colapso iminente”. Atualmente, o Ministério da Agricultura tem o menor efetivo de servidores em trabalho remoto do governo, com apenas 19% do efetivo em teletrabalho.

O estudo avaliou também o potencial impacto do trabalho dos auditores em cenários de entrada de pragas e doenças ou na ocorrência de surtos em animais ou ataques a lavouras. Segundo o documento, o surgimento de focos da febre aftosa no país causaria perdas diretas e indiretas de R$ 9,6 bilhões à economia. O último caso foi relatado no Brasil em 1995.

Para o cenário que considera a ocorrência de gripe aviária no país, o estudo estimou perdas totais de R$ 13,5 bilhões. Os setores mais afetados, assim como no caso da aftosa, seriam o comércio de atacado e varejo e o de rações animais. Para a hipótese da entrada da Peste Suína Africana (PSA) no Brasil, o impacto, só no primeiro ano de surto, seria de R$ 5,5 bilhões.

Na área vegetal, impedir a entrada e ocorrência de pragas quarentenárias evitaria perdas de R$ 38,5 bilhões nas culturas de soja (R$ 25,6 bilhões), milho (R$ 10,5 bilhões) e algodão (R$ 2,4 bilhões). A perda direta total do Valor Bruto da Produção chegaria a R$ 22,5 bilhões. O setor mais afetado seria o de adubos e fertilizantes, seguido por atacado e varejo e pelo mercado de defensivos agrícolas.

Ricardo Aurélio, vice-presidente do Anffa Sindical, diz que 392 pragas quarentenárias, sendo quatro ausentes no país, foram identificadas e impedidas de entrar no Brasil no posto de controle de Foz do Iguaçu (PR). Outras 140 toneladas de uvas passas contaminadas foram interceptadas no Porto de Santos (SP).
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/07/2021

IMPORTAR AÇO NO BRASIL: UMA ODISSEIA

Desde o ‘boom’ de 2008, foram criadas barreiras para importar aço

Em 2008, quando a economia brasileira vivia momento de forte expansão, o consumo de aço usado pela construção civil aumentou de maneira significativa. O que decidiu fazer, então, o governo federal no ano seguinte? O impensável: elevar de zero para 12% a 14% as alíquotas do Imposto de Importação incidente sobre os aços longos, justamente os usados como insumo na construção.

É evidente que taxar o produto importado no momento em que a demanda está aquecida não faz sentido nem aqui, na Ilha de Vera Cruz, nem alhures. O Imposto de Importação é um tributo regulatório. Trata-se de um mecanismo à disposição dos gestores macroeconômicos para regular o funcionamento de segmentos da economia em momentos de choque de oferta.

Desde o ‘boom’ de 2008, foram criadas barreiras para importar aço

Qualquer alteração da natureza desse imposto fora dessa premissa só serve aos interesses de grupos privados com influência em Brasília. Se a demanda por um produto é crescente, a ponto de a capacidade de a indústria nacional não conseguir atendê-la integralmente, taxar as importações significa chancelar a elevação dos preços domésticos daquele insumo.

Em outras palavras, ao agir dessa maneira, a autoridade estará concordando em elevar a margem de lucro de um determinado setor, em detrimento não do segmento seguinte daquela cadeia produtiva, mas da população. Por quê? Porque a conta do aumento dos preços virá pela alta da inflação, o mecanismo mais perverso de distribuição de renda que se conhece.

No caso em questão _ construção civil _, em 2010, portanto, dois anos após o início do "boom" da construção civil e um ano depois da inacreditável taxação das importações de aço, o Inmetro

(Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) baixou normas para regular a importação de aço por meio da Portaria 73/2010. Coincidência?

A coisa passou a funcionar assim: se você é dono de uma construtora e precisa ou deseja importar aço longo, por exemplo, o vergalhão usado pela construção em obras de edificação, precisa certificar o importador e o exportador do produto que pretende trazer do exterior. Ambos precisam ser rigorosamente enquadarados segundo os parâmetros determinados pelo Inmetro. Isso pode fazer sentido? Pode, afinal, imaginemos que uma construtora importe produtos de baixa qualidade que comprometam a qualidade de edificações no país, colocando em risco a segurança dos usuários.

Mas, neste país a que chamamos de Brasil, o inferno _ e não apenas o pobre do diabo _ está nos detalhes. O problema começa quando a construtora constarta que só existem duas empresas certificadoras de qualidade de aço autorizadas pelo Inmetro. Duas são duas, não são dez nem 20. Duas cobram mais para fazer o serviço do que dez ou 20 cobrariam porque, como estamos vendo, tudo é uma questão de oferta: quanto mais atores oferecem um serviço, maior é a competição entre eles, menor será o preço médio cobrado naquela atividade.

Contratada a certificadora, esta analisa as condições do importador no Brasil e, principalmente, a qualidade do produto do exportador. A construtora precisa identificar o seu fornecedor lá fora e, então, a certificadora vai até lá e traz mostras do produtor para realizar testes aqui. São realizados 11 testes, não são três, cinco ou dez, mas, sim, 11 testes para atestar se a qualidade do aço produzido no exterior é comparável à do produto "made in Brazil".

Digamos que tudo corra bem e o aço importado seja aprovado segundo as condições fixadas pelo Inmetro, o importador recebe licença de quatro anos para comprar aquele produto. Sensacional! Quatro anos é um prazo razoável para o planejamento de uma construtora. Sim, mas, veja, o Inmetro exige que, a cada seis meses _ seis meses são seis mkeses, não dois ou três anos dentro da janela de quatro anos dada pela certificação original _, seja feita a "manutenção" do certificado.

Do que se trata a "manutenção"? Ora, fazer com a empresas certificadora vá ao país exportador para colher amostras daquele aço e realizar, novamente, a bateria de 11 testes de qualidade do produto. Desde 2010, quando a portaria 73 foi baixada, apenas cinco empresas receberam certificação para importar aço longo no Brasil. Coincidência?

A odisseia do importador de aço, claro, não termina aí. Logo na sequência da taxação do aço importado e da edição da Portaria 73/2010 do Inmetro, a Receita Federal criou um negócio chamado “radar”. Para obter o “radar”, a empresa importadora precisa comprovar que tem condições financeiras de pagar ó que pretende importar, do contrário, nada feito. A suposta preocupação do Fisco é que a companhia não tenha recursos para pagar os impostos devidos no momento do desembaraço das mercadorias no porto ou no aeroporto.

O “radar” funciona também como um controle do que uma empresa nacional pode importar. Acima de um volume de US$ 500 mil, a autorização para importar é ilimitada. Fantástico, certo? Não! Estamos no Brasil, não nos esqueçamos. A regra diz que, se a empresa não importar nada durante seis meses, o “radar” expira e, assim, a empresa é obrigado a obter uma nova autorização, um novo “radar”, depois de seguir todos os trâmites burocráticos, os mesmos já perseguidos na obtenção da primeira autorização. Coincidência?

O ministro da Economia, Paulo Guedes, está corretamente preocupado com isso porque, novamente, a construção civil vive um “boom” e os preços do aço longo deram uma escalada no último ano - justiça seja feita, o produto não subiu apenas no Brasil.

“O setor de construção entrou em um ‘boom’, com juros de um dígito e enxergando isso uma década à frente. O auxílio foi um fator adicional que estimulou a demanda. Então a construção saiu pedindo insumo, mas o alto-forno estava desligado no início. Quando a construção continuou bombando, o setor de aço começou a religar os fornos. Estou em contato com quem produz e com

quem consome o aço", disse Guedes ontem na "Live do Valor". "Do lado da construção, estou pedindo para reduzir os impostos de importação de aço. Do lado da produção, eles estão aumentando a produção e vendendo aqui dentro. As exportações estão caindo porque estão tentando organizar o setor interno."

Cristiano Romero é diretor-adjunto de redação e escreve às quintas-feiras
E-mail: cristiano.romero@valor.com.br
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/07/2021

GRUPO EDSON QUEIROZ E COPA ENERGIA VÃO INVESTIR R$ 1,2 BI EM TERMINAL DE TANCAGEM DE GÁS DE COZINHA EM PE

Por ano, o terminal irá comportar 1,5 milhão de tonelada de GLP
Por André Ramalho e Marina Falcão, Valor — Rio e Recife

Por meio de uma joint venture, o grupo cearense Edson Queiroz, dono da Nacional Gás, e a Copa Energia, controladora da Liquigás e Copagaz, vão investir R$ 1,2 bilhão em um terminal de tancagem de gás liquefeito de petróleo (GLP) — o gás e cozinha — no Porto de Suape, em Ipojuca (PE).

O investimento foi confirmado esta tarde pelo presidente do grupo Edson Queiroz, Carlos Rotella, em reunião com o governador do Estado, Paulo Câmara (PSB), que deve fazer anúncio do empreendimento ainda nesta quarta.

O terminal contará com 90 mil metros cúbicos de tancagem, com dutos para movimentar a matéria-prima e fazer conexões logísticas. Por ano, o terminal irá comportar 1,5 milhão de tonelada de GLP.

A obra deve aumentar a autonomia da região Nordeste em relação ao GLP. Atualmente, a região conta com estoque de apenas quatro dias.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/07/2021

AGÊNCIA BRASIL - DF

MINISTÉRIO LANÇA PLANO PARA FORTALECER RESIDÊNCIAS EM SAÚDE

Ofertas educacionais terão R$ 250 milhões
Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Ministério da Saúde lançou hoje (15), em Brasília, o Plano Nacional de Fortalecimento das Residências em Saúde, com o objetivo de capacitar profissionais da saúde em especial para o Sistema Único de Saúde (SUS) nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Para tanto, a meta é aumentar a oferta de vagas e os valores das bolsas pagas para as residências na área da saúde, bem como para os preceptores, que são os supervisores das residências. Somente em ofertas educacionais para concretização do plano foram destinados R$ 250 milhões.

Segundo a Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, a pasta dispõe de 23 mil bolsas, entre residências médicas e multiprofissionais.

Segundo ela, a recomposição dos valores da bolsa ficou em 24%. “Pela primeira vez começamos a pagar os preceptores, não só do ministério. Todos receberão bolsa no valor da Bolsa Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] de incentivo a pesquisa, de R$ 1,5 mil. E destinamos recursos, além de apoio, para instituições que abrigam nossos programas. Esse é o primeiro passo. O ministério também lança oferta educacional de mais de 50 mil cursos extracurriculares para capacitar residentes e preceptores”, disse ela durante a cerimônia de assinatura da portaria que institui o plano.

Prioridades
Em seu discurso, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, lembrou que, apesar de a residência médica ser vinculada ao Ministério da Educação, grande parte das bolsas são providas pelo Ministério da Saúde. “Precisamos definir as prioridades para o sistema de saúde e [identificar] quais são os profissionais que precisamos para tornar esse sistema mais eficiente”, afirmou.

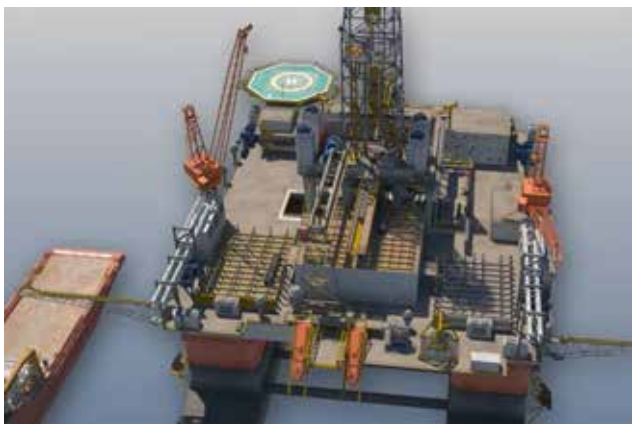
“Nosso compromisso é ampliar os investimentos. É fazer com que essa residência seja mais qualificada. Criamos essa forma de incentivo para que esses profissionais que ensinam às novas gerações sejam reconhecidos. Não é só no âmbito dos hospitais federais do Ministério da Saúde, mas um incentivo que será colocado em edital público e que será transversal, para todas as instituições que formam médicos”, finalizou.
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 15/07/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

E-BOOK ELABORADO PELA PRÉ-SAL PETRÓLEO ABORDA OS VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA

Da Redação OFFSHORE 14 Julho 2021



Trabalho é o segundo de uma série que pretende explicar a atuação da empresa no pré-sal

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) lançou nesta quarta-feira (14) o e-book "Entendendo os volumes excedentes da Cessão Onerosa”, com objetivo de esclarecer as principais dúvidas sobre o tema, de forma simplificada e didática, colaborando também para um melhor entendimento do leilão de Sépia e Atapu, que será realizado em dezembro próximo. Este tema vem sendo discutido, no âmbito do governo federal, desde 2014, com a publicação da Resolução CNPE nº 01/2014.

O trabalho é de autoria de quatro profissionais da companhia: Antonio Carlos Capeleiro Pinto, gerente Executivo de Búzios; Armando Gonçalves de Almeida, gerente Executivo de Itapu; Maria Amélia Braga, consultora Jurídica Adjunta; e Olavo Bentes David, consultor Jurídico. Os autores são profissionais que possuem larga experiência no tema e que participaram ativamente das negociações para a celebração dos Acordos de Coparticipação recém-assinados entre a PPSA e a Petrobras em Búzios e Itapu.

O grupo também atuou na celebração do Acordo assinado pela companhia com a Petrobras, nos termos da Portaria MME nº 23/2019, estabelecendo tanto as Parcelas de Participação respectivas dos contratos de Cessão Onerosa e Partilha de Produção de Sépia e Atapu, quanto os parâmetros de cálculo e a própria Compensação (antes do gross up) devida à Petrobras Cessionária pelos contratados em regime de Partilha de Produção em cada Campo. Tais disposições, aprovadas pelo ministro de Minas e Energia, foram incorporadas à Portaria MME nº 213/2019 e constituem parte relevante do suporte regulatório para o pré-edital da Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa em regime de Partilha de Produção, publicado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em junho de 2021.

Pretende-se, com as novas regras, diminuir as incertezas dos futuros Contratados em relação aos dispêndios a que estarão obrigados, bem como assegurar, no menor prazo possível, a apropriação originária das produções cabíveis aos contratados em regime de Partilha de Produção e à União.

A PPSA é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), responsável pela gestão dos contratos em regime de partilha de produção, pela representação da União nos Acordos de Individualização da Produção e pela gestão da comercialização dos hidrocarbonetos da União. A empresa atua como interveniente anuente nos Acordos de Coparticipação.

Este e-book é o segundo de uma série que pretende esclarecer a atuação da PPSA, como representante da União, na exploração, produção e comercialização de petróleo e gás Natural no pré-sal brasileiro. O primeiro abordou os Acordos de Individualização da Produção.

O trabalho está disponível para download no site da empresa:
https://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/conteudo/e-book_ppsa_vol2_jul_21.pdf
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/07/2021

PRÉ-SAL PETRÓLEO CONTRATA B3 PARA COMERCIALIZAR, POR LEILÃO, O PETRÓLEO DA UNIÃO

Da Redação OFFSHORE 14 Julho 2021

Companhia irá comercializar produção de quatro campos até setembro de 2021

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) contratou a B3 - Brasil, Bolsa e Balcão para realizar um leilão para a comercialização da produção futura de petróleo a que a União terá direito nos contratos de partilha de produção de Libra (Área de Desenvolvimento de Mero), Entorno de Sapinhoá e Búzios, e na Área Individualizada de Tupi. A expectativa é de que o pré-edital seja publicado em agosto e o leilão seja realizado até setembro desse ano.

Em agosto de 2018, a PPSA contratou a comercialização da produção de Mero e Entorno de Sapinhoá em leilão na B3 por um período de 36 meses. Em face da proximidade do fim dos prazos contratuais, faz-se necessária a realização de um novo certame licitatório. O próximo leilão também marcará o início da comercialização da produção dos volumes excedentes da Cessão Onerosa do campo de Búzios. A expectativa é de que esse campo inicie a produção em regime de partilha de produção ainda no segundo semestre desse ano e a União passe a se apropriar, inicialmente, de cerca de 5 mil barris de petróleo/dia. O compartilhamento da produção terá início tão logo o Acordo de Coparticipação assinado entre a PPSA e a Petrobras seja aprovado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e se torne efetivo.

Desde 2018, a PPSA arrecadou um montante R$ 1,9 bilhão com a comercialização do petróleo da União proveniente de Mero e Sapinhoá.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/07/2021

PORTO DO ITAQUI INAUGURA BASE DE PRONTO-ATENDIMENTO AMBIENTAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14 Julho 2021

A Emap – Empresa Maranhense de Administração Portuária inaugurou, nesta terça-feira (13), a sua base de pronto-atendimento ambiental, que funcionará na área operacional do Porto do Itaqui com pessoal treinado em plantão permanente e equipada para o combate e a prevenção de situações mapeadas no PEI – Plano de Emergência Individual da Autoridade Portuária.

"A instalação dessa base reforça o nosso modelo de excelência em gestão portuária, avançando na melhoria da resposta a emergências. A intenção é nunca precisar usar a base, trabalhamos para isso, mas precisamos estar preparados", afirmou o presidente do Itaqui, Ted Lago. O Porto do Itaqui é certificado pela ISO 14001:2015, que atesta a excelência da gestão ambiental de uma empresa.

Com investimento de R$ 2,5 milhões, a base está equipada com duas embarcações, mantas absorventes, cordões de contenção, tanques flutuantes, skimmers (bombas de sucção de óleo) e outros recursos para redução de danos em caso de acidentes no mar.

A unidade está preparada para responder a emergências ambientais dentro da Poligonal do Porto do Itaqui e nos terminais de ferryboat da Ponta da Espera e do Cujupe. Um trabalho que será feito em duas frentes: no atendimento às emergências da EMAP e também no apoio à comunidade portuária (para isso conta com alguns equipamentos de uso compartilhado).

Montada em dois contêineres para a área administrativa e um galpão para os equipamentos, a base foi instalada em uma área estratégica, próxima à rampa da praticagem. O monitoramento será realizado por equipes divididas em turnos para garantir cobertura em terra e mar, com oito técnicos operacionais e um coordenador.

O Plano de Emergência Individual (PEI) é uma exigência da Lei Federal Nº 9.966/2000 que se aplica a portos organizados, instalações portuárias e plataformas, bem como às suas instalações de apoio. O PEI pode ser considerado um plano de contingência e contém informações e descrições dos procedimentos de resposta diante de um incidente envolvendo derramamento de óleo e derivados.

O PEI do Porto do Itaqui, atualizado em 2019, contempla os Portos do Itaqui, Porto Grande e os Terminais de Ferryboat e Cujupe, localizados em Alcântara/São Luís – MA e o Porto Turístico de São José de Ribamar.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/07/2021

ANTAQ PODERÁ ENTRAR EM EVENTUAL ARBITRAGEM SOBRE ÁREA STS10

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 14 Julho 2021

Diretoria colegiada aprovou que agência pode participar de processo arbitral entre Ecoporto Santos e Secretaria de Portos, caso poder concedente julgue necessário. Área para arrendamento foi qualificada pelo PPI para instalação de terminal para movimentação de contêineres. Leilão está previsto para 2022.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) concordou em participar de uma eventual arbitragem envolvendo a Ecoporto e a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNTPA) sobre a área STS-10 (Saboó), no Porto de Santos. A diretoria colegiada decidiu, no entanto, que não vai revisitar a decisão anterior que negou pedido de reequilíbrio da ordem de R$ 588 milhões reivindicado pela empresa. O entendimento foi que os valores já aprovados anteriormente pela Antaq não devem ser alterados porque as questões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro da arrendatária não se enquadram nas hipóteses de recursos administrativos previstos em lei. A presença da agência reguladora nessa arbitragem dependerá do aval do poder concedente.

Arquivo/Divulgação

Com investimentos da ordem de R$ 2,2 bilhões, a área STS-10 tem previsão de licitação para o primeiro trimestre de 2022. O arrendamento será dedicado a um terminal para movimentação e armazenagem de cargas conteinerizadas, com capacidade estática de 47.547 TEU ao final do contrato. Em maio, o projeto recebeu qualificação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O diretor-relator do processo de consulta aberto pela SNPTA, Adalberto Tokarski, considerou o tema complexo, na medida em que poderia implicar alguma insegurança jurídica futura. Segundo Tokarski, a arbitragem pode ser importante no sentido de dar solução a impasses entre o poder concedente e a atual arrendatária. "Não tendo essa solução, esse processo praticamente ficaria mitigando essa sequência. Existe uma previsão de investimentos e é preciso tomar uma decisão", comentou após a leitura de seu voto na 504ª reunião ordinária da diretoria colegiada, realizada na última semana.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, acrescentou que cabe ao poder concedente avaliar na definição do programa de arrendamentos portuários os impactos de uma possível judicialização na exploração das áreas discutidas no Porto de Santos. O entendimento da agência é que, caso o poder concedente conclua que há requisitos de inconveniência, a agência e a SNPTA poderão se utilizar do instrumento arbitral de forma conjunta.

Nery destacou que as análises da Antaq e da procuradoria junto à agência distinguiram bem que não cabe revisão de decisão administrativa nesse caso. Ele ponderou que, num pedido de arbitragem numa situação complexa como de gestão de contrato de arrendamento portuário, o poder concedente, ainda que desejasse, não teria como entrar sozinho. Isso porque, apesar de o poder concedente ser responsável pela celebração contratual, a agência se incumbe da fiscalização do contrato e de análises técnicas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/07/2021

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006